

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2013:** *Aos vinte e um dias do mês de Novembro do ano dois mil e treze, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares**, **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal**, **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, **Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques**, **Eng.º Joaquim Jorge Ferreira**, **Hélder Martinho Valente Simões**, **Dra. Ana Maria de Jesus Silva** e **Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira**.* =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Maria Isabel dos Santos Miranda Bastos.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 9h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente questionou quais os Senhores Vereadores que queriam usar da palavra. Dada a palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus a mesma apresentou um voto de louvor à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis pelo seu 20.º aniversário. Penso que deveremos fazer um reconhecimento a todos os técnicos e colaboradores administrativos que ao longo destes vinte anos deram muito de si a esta causa da proteção e da promoção dos direitos das crianças de Oliveira de Azeméis. Paralelamente a este voto de louvor queria deixar aqui uma sensibilização ao Executivo, que deve estar neste momento a preparar o orçamento para o próximo ano, estou convencida de que a Presidente da Comissão já falou com a Dra. Gracinda, de qualquer forma, sei que ela com certeza vos irá sensibilizar para isso, mas eu não gostaria de deixar de passar esta oportunidade de vos sensibilizar para a necessidade de fazer chegar à Comissão alguns instrumentos de trabalho que efetivamente estão a impedir que o trabalho seja feito com a qualidade e com a exigência que se pede à Comissão, principalmente numa fase destas. Estou a falar essencialmente da parte dos computadores, nós estamos a trabalhar com máquinas bastante antigas, já nenhuma de nós regista as declarações das famílias nos computadores porque nós escrevemos a palavra a ela só aparece no ecrã passados uns segundos e isso está a impedir um trabalho que no fundo hoje tudo assenta na parte informática, até todos os relatórios que se têm que fazer. Por isso queria sensibilizá-los agora para quando estiverem a fazer o orçamento que*

efetivamente dotem de uma verba para que a Comissão possa continuar a fazer este trabalho que penso que é de desenvolvimento público, que é necessário numa comunidade e que não faz sentido que deixe de o fazer por questões pequenas como são estas, que custam o seu dinheiro como é óbvio, mas que penso que a Câmara estará com certeza sensibilizada para ele e tudo fará para superar estas dificuldades e estes constrangimentos que estamos a enfrentar. Obrigado. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Isidro Figueiredo que começou por destacar um conjunto de iniciativas que têm decorrido nos diferentes agrupamentos de escolas e que estão unidos em torno de um projeto comum, que é o “Projeto Eco Escolas”, e onde tem sido evidente o envolvimento da comunidade educativa neste projeto que de uma forma direta envolve os alunos e os professores, mas também acaba por envolver toda a comunidade. Ainda ontem estive na Escola Bento Carqueja onde se procedeu simbolicamente ao içar da Bandeira Verde e, portanto, um conjunto de manifestações que perspetivam atividades em prol e em defesa de hábitos que pretendem a defesa do meio-ambiente. Também gostava de destacar aqui uma iniciativa que teve lugar na sexta-feira passada na Escola Secundária Soares de Basto relacionada com o Novo Programa Erasmus + que contou com a presença da AECCOA, do Diretor da Agência Nacional Dr. Pedro Reis e também com a presença da Eurodeputada Regina Bastos. Este programa tem início no início de Janeiro de 2014 até 2020, reúne os programas comunitários existentes hoje, para além do Erasmus, Leonardo da Vinci, Grundtvig e o Comenius. Eu chamo a atenção aqui para a janela de oportunidades que as diferentes associações, coletividades e organizações sem fins-lucrativos encontram aqui para poderem ter também uma forma de ajuda nas suas atividades com financiamento europeu, praticamente a 100% e de poderem contactar com novas realidades dentro do mesmo movimento. Para além disso, por insistência minha de alguma forma, a Agência Nacional disponibilizou-se para no final de Janeiro ou início de Fevereiro desenvolver uma atividade mais alargada, porque esta atividade era apenas para as escolas, mas uma atividade mais alargada no nosso município para todos aqueles que estiverem interessados até porque as candidaturas são feitas normalmente em final de Fevereiro, início de Março, portanto com um mês de antecedência de forma a que haja indicações claras sobre a forma como se proceder às diferentes candidaturas. As escolas de uma maneira geral já têm este tipo de programas e projetos e eu acho que pode e deve ser alargado a todo o movimento associativo e sobretudo naquelas organizações que têm ao seu encargo a educação formal, a educação não formal e informal e também o ensino ou a formação profissional. Termino voltando ao assunto que foi abordado aqui na última reunião, que tem a ver com os transportes de alunos, referindo e reiterando aquilo que foi afirmado por mim na última reunião. Portanto, eu pedi a informação aos serviços e tenho a confirmação de que todo o transporte de alunos no município de Oliveira de Azeméis é feito em carreiras públicas, em três empresas que são a Charline, a Caima e a Transdev, todas do mesmo grupo, têm a exclusividade do transporte, sendo que algumas das carreiras públicas, isso está confirmado, só funcionam durante o período letivo e, portanto, é um aspeto que provavelmente irá suscitar algumas dúvidas nomeadamente aquelas que foram

suscitadas pelo encarregado ou pela encarregada de educação, mas de facto é uma questão que está confirmada. Já agora no que diz respeito ao circuito de Ul a que a encarregada de educação se refere, é um circuito que também serve a Zona Industrial. E é só Senhor Presidente. Usando da palavra o Vereador Helder Simões disse que tinha algumas questões para colocar. A primeira, era sobre a questão que já foi aqui falada várias vezes, mas era importante começarmos a resolver esta questão no preto no branco para ver se conseguimos ter uma solução diferente daquela que temos para oferecer aos Oliveirenses e tem a ver com o Retiro da Montanha. Não sei se há algum tipo de novidades sobre aquele espaço que em nada abona no que se pretende para o Parque de La-Salette. Uma outra questão, Senhor Presidente, tem a ver com a A32. Obviamente que se calhar é um período complicado e negativo para estar a falar neste tipo de obras, mas eu acho que nós não devemos enfiar a cabeça na areia e esperar que tudo passe. Eu acho que nós devíamos tentar procurar soluções, obviamente que não é um projeto que diga respeito diretamente à Câmara, a Câmara pouco mais pode fazer do que alguma pressão política nesse sentido, mas eu acho que nós temos que procurar uma solução para aquele viaduto. Bem sei que o Município não tem responsabilidade nenhuma naquela matéria, mas acho que deveríamos até numa lógica de uma ligação metropolitana procurarmos sensibilizar o Governo para encontrar uma solução que pode passar nesta fase por desenvolver estudos necessários para uma ligação, não se calhar de Oliveira de Azeméis/ Coimbra, mas se calhar uma ligação Oliveira de Azeméis/ Estarreja; Oliveira de Azeméis/ A25, uma ligação diferente se calhar daquela que estava inicialmente pensada, mas era importante que se encontrasse uma solução para aquele espaço e se calhar em alguns momentos até aliviar muito do trânsito do IC2 ainda no nosso concelho. Uma outra questão, Senhor Presidente, tem a ver com uma informação que me foi feita chegar e eu fiz questão de a colocar aqui em sede de executivo municipal para esclarecimento. Gostava de saber se em algum momento durante a campanha eleitoral para as eleições autárquicas, se alguma candidatura requereu algum serviço à Câmara Municipal ou a alguma empresa por ela protocolada e se a Câmara Municipal prestou serviço seja de forma foi a alguma candidatura. Eu confesso que estranhei esta questão, coloco-a aqui, gostava só de ter uma resposta. Se afetou recursos humanos, materiais a alguma candidatura, requerido legalmente, seja de que forma for? A minha questão é clara e objetiva. Estas coisas a terem acontecido estão registadas, estão documentadas e, portanto, esta é uma questão que gostava de ver esclarecida. Uma última, Senhor Presidente, tem a ver com o ponto de situação financeira do município de Oliveira de Azeméis. Estamos a sensivelmente a um mês do final do ano, são conhecidas hoje em dia aquilo que é a dívida global do município no final do terceiro trimestre e aquilo que é conhecido é globalmente diferente daquilo que foi anunciado e publicitado no próprio final do terceiro trimestre. Em campanha eleitoral dizíamos que o município caminhava para uma dívida na ordem dos trinta e cinco milhões de euros no final do ano. O que acontece à data de hoje, à data do final do terceiro trimestre é uma situação completamente diferente e que nos diz que estamos a quatro milhões de euros de cumprir a meta estabelecida. Portanto, face aos quatro milhões e meio de euros que

vimos reduzir a dívida, estamos apenas com uma redução de quinhentos mil euros. A minha questão objetiva, o ano ainda não terminou, é se se mantém a expectativa de cumprir os trinta e cinco milhões de euros no final do ano e se não qual é o montante que se pode apontar hoje para o valor da dívida do município no final do ano. É só. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal, que começou por dizer: Eu queria como é hábito informar-vos e convidar-vos também para alguns dos eventos socioculturais que irão decorrer e dar-vos nota de alguns que estão a decorrer. Começaria por comunicar que está a decorrer e que vai terminar na próxima sexta-feira a II Formação em Empreendedorismo, destinada a jovens à procura do primeiro emprego, ativos e adultos não ativos e com essa formação nós queremos que as pessoas participantes encontrem e quem sabe possam promover o seu próprio emprego, criando novos negócios e tendo novas ideias. Queria também dizer-vos que está a decorrer no âmbito da candidatura ao POPH, à medida 7.2, cujo resultado é a elaboração do Plano Municipal para a Igualdade, está a decorrer o Eixo II que é a formação prevista para os funcionários da autarquia, portanto, um grupo para técnicos, outro para dirigentes e ainda um terceiro grupo destinado aos nossos parceiros da Rede Social. Esta formação arrancou no dia 12/11 e vai terminar a 29 do mesmo mês. Na próxima sexta-feira iremos ter da parte da tarde mais uma Edição da Tarde Maior, será a nossa antepenúltima tarde do ano 2013, desta feita destinada à temática “Nutrição” e vamos ter entre nós o Chefe Hernâni Ermida juntamente com o nosso Chefe Lindolfo numa tarde sobre alimentação saudável, no auditório da Junta de Freguesia de S. Roque, destinada também como é hábito aos nossos “Maiores” mas também à população em geral. Nesse mesmo dia à noite teremos a cerimónia de entrega de Prémios do Concurso de Poesia Agostinho Gomes, é a XIV Edição, incluída nesta edição de entrega de prémios temos a apresentação do último livro de poemas inéditos do Poeta Agostinho Gomes, num esforço último também do seu filho em recolher, em sistematizar esses mesmos poemas. Tinha aqui também um exemplar para deixar a cada um de vocês, o livro que vai ser apresentado “Paisagem sem Cantor”. Esse dia é também o dia dedicado à Música, é o dia de Santa Cecília e no Cine-Teatro Caracas a Academia de Música irá proporcionar também um concerto alusivo a essa efeméride. No dia 27 de novembro teremos a fase final do Torneio de Dominó, em Palmaz, no âmbito do Programa Desportivo Azeméis Ativo também para os nossos seniores. No dia seguinte, dia 28/11, às 18h, no auditório da Praça da Cidade iremos receber um seminário dinamizado pelo Jornalista e Economista Camilo Lourenço. No dia 01 de dezembro o nosso Contrato Local de Desenvolvimento Social – Projeto Time – irá dentro do III Eixo de Ações, que é relativamente ao associativismo, dinamizar uma sessão de Zumba Solidária na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e este programa de Zumba Solidário irá percorrer as nossas associações durante a vigência do projeto no sentido de recolher fundos para as associações inscritas e que colaborem então neste programa. No dia 03 de dezembro temos a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que irá iniciar essas comemorações já no dia 30 de novembro com a realização do VI Torneio Municipal de Boccia e o II Campeonato Aberto de Boccia Azeméis é Vida. No dia 03

propriamente dito, iremos ter no Cine-Teatro Caracas a entrega do prémio de mérito municipal de integração de pessoas com deficiência e de prémios de reconhecimento, também a atribuição de mais um pacote de selos Azeméis Integra. Esta cerimónia será aberta com a colaboração da Cerciستا que nos irá apresentar uma peça de teatro “O rato malhado e a andorinha sinhá”. Era isto que eu tinha para vos comunicar. Queria também associar-me ao voto de louvor à CPCJ por estes vinte anos de trabalho, já em Abril eu me tinha referido a esta efeméride aquando das comemorações do mês de abril na promoção dos direitos das crianças. Dizer-vos que o município tem estado muito atento às questões desta comissão, tem feito tudo o que está ao seu alcance para dotar de condições logísticas a comissão. Ainda acerca de dois anos penso que em termos de equipamentos informáticos tivemos alguma remodelação. Já tinha conhecimento pela Senhora Presidente que me falou já aqui há uns meses atrás, mas que estava a tomar diligências para arranjar um mecenaz em termos de equipamentos informáticos, recentemente na reunião que eu tive com ela infelizmente essas perspetivas não foram concretizadas e então eu já mesma tinha falado com o nosso Chefe do Serviço de Informática e ficou calendarizada alguma mudança e alguma dotação em novos computadores. Eu acho que nunca é demais reforçar aqui o trabalho muitas vezes silencioso desta comissão que tem feito muito pela promoção dos direitos das crianças, mas nós sabemos todos que tudo o que a gente faz nesta área é sempre muito pouco com os novos problemas que estão a surgir, por isso nunca é demais sensibilizar todos os presentes. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: Tenho aqui algumas questões e algumas observações a fazer relativamente e particularmente, se me permite Senhor Presidente, à intervenção do Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo e começava por referenciar a questão dos transportes escolares. Eu julgo que tem que haver aqui clareza relativamente àquilo que nós queremos e àquilo que nós entendemos que é o serviço público, estamos a falar de dinheiros públicos, estamos a falar de verbas significativas e tem que haver clareza no que diz respeito à concessão destes transportes. Honestamente não sei se a melhor forma será nós fazermos a contratualização de carreiras de serviço público, porque não tenho dados, não sei quem são os concorrentes, então tem que ficar muito claro para toda a população de Ul e não só, estamos a falar de toda a população abrangida por esta rede de transportes de que a partir do momento em que eles começam a funcionar são para transportar não crianças e jovens, mas sim toda a população e não estamos a falar no autocarro que vai normalmente nalguns circuitos completamente a abarrotar de jovens mas também estamos a falar da utilização pública por parte de todos os utentes de Oliveira de Azeméis que se podem servir desses autocarros. Parece-me que há aqui uma certa, eu diria conivência política de quem decide, neste caso a Câmara Municipal, tenho que o dizer, porque se nunca ficou claro para todas as pessoas, aliás recusaram-se e não é difícil de encontrar exemplos de utentes que pretendiam utilizar estes transportes e que lhes foi vedada a utilização exatamente dizendo que eram transportes escolares. Portanto, tem que haver aqui uma coisa muito grande porque se nós estamos a financiar de facto os transportes públicos como devemos, aliás não somos nós é o Estado, nós

simplesmente servimos como plataforma, digamos assim, de pagamento, de financiamento, uma forma de financiamento direto, porque de resto esse financiamento é do Estado Português. Portanto, nós temos de ser claros, a população de Oliveira de Azeméis tem que ficar com uma noção clara de que os dinheiros públicos que são utilizados neste caso para os transportes podem também naturalmente ser usufruídos por eles próprios. Os circuitos que são feitos na altura dos transportes é do meu ponto de vista incorreto, deviam então ser sempre, porque a população tem direito a esse transporte sempre, não é quando o transportador entende a não estar obrigado a fazer aquilo que lhe compete, que é acompanhar as crianças, utiliza esta, vou utilizar uma expressão popular, manigância para contornar, é uma manigância, naturalmente estamos a falar e o Senhor Vereador naturalmente no tom até que utilizou na sua intervenção deu a entender que “vamos ser complacentes, vamos ajudar a que este processo se encaminhe bem para que tenhamos os transportes assegurados”. Eu acho que nós devemos ter os transportes assegurados, temos verba para isso, o Estado Português paga para isso mas então vamos dizer às populações de uma forma muito clara e essa forma clara pode competir e deve competir naturalmente com outras transportadoras, mas acho que o município aqui nesta matéria não deve ficar simplesmente em observação porque acho que nós temos de facto que tomar medidas que sejam evidentes para todos. Segunda nota tem a ver com a Eco Escolas, de facto o programa Eco Escolas é um programa já bastante antigo, já é um programa que decorre há muitos anos e as escolas de Oliveira de Azeméis têm aderido de uma forma bastante massiva e com níveis de participação e de envolvimento grandes. Praticamente, não serão todas as escolas mas uma grande parte das escolas, estão incluídas neste programa e de facto é de salientar esse aspeto. Eu já agora aproveitava uma vez que foi falado este evento na Escola Bento Carqueja, gostaria de manifestar aqui, penso que todos também se associarão, à iniciativa que foi promovida pela Escola EB1 do Outeiro, que foi premiada por um prémio de € 2.500 (dois mil e quinhentos euros), portanto estão de parabéns naturalmente, está de parabéns toda a comunidade oliveirense que se associou na votação numa Rede Social para que essa escola pudesse ganhar um prémio com uma mascote, com um gato que fizeram com resíduos sólidos, que reciclaram e fizeram um belo gato. Aliás o Jornal “Correio de Azeméis”, li isso, deu nota desse aspeto que eu acho que é importante também para valorizar a cidadania ativa de crianças e adultos que trabalham nessa escola em particular. Já agora só uma nota, de facto nós com escolas com este nível de desempenho, aliás também patente na graduação a nível de ranking nacional nós temos as nossas escolas dentro daquilo que são escolas bem cotadas, embora estes rankings tenham sempre alguns problemas associados que nem sempre nos deixam clareza na forma como se faz, mas de qualquer maneira e independentemente disso é utilizado para todas as escolas, as nossas escolas têm de facto bons desempenhos em termos de exames nacionais e isso deve ser salientado, portanto, compete-nos a nós como município fazer a nossa parte e penso que ligando agora a questão da Eco Escolas nós devíamos ter um Eco Município particularmente no que diz respeito ao tratamento dos nossos esgotos que são despejados infelizmente a maior parte nas linhas de água. Temos uma grande parte dos nossos cursos de

água, recursos hídricos subterrâneos e superficiais poluídos e Senhor Presidente um Eco Município era o que nós precisávamos, já fazemos alguma coisa bastante aliás com a questão da recolha dos resíduos sólidos, acho que temos aqui níveis de desempenho que são muito bons e que podemos melhorar ainda, mas a nível de resíduos líquidos de facto fica muito a dever, já sei que poderá falar-se da questão da concessão e enfim não vamos voltar a essa matéria aqui neste ponto, mas de qualquer maneira eu gostaria que nós falássemos dentro de pouco tempo num Eco Município e tivéssemos de facto aqui níveis de desempenho muito superiores àquilo que temos tido naturalmente nesta matéria. Fazendo agora uma ligação a um outro aspeto que de facto mexe no ato eleitoral, parece não ficar muito bem falar destas coisas depois de passar as eleições, agora já não se fala mais de eleições, a verdade é que nós tivemos aqui um conjunto de obras significativas durante três, quatro meses, de asfaltamentos que eram necessários que fossem feitos durante o mandato. Não foram, foram feitos em quatro meses, diz o povo e até valoriza isso de certa forma “mais vale tarde do que nunca” e “devia haver eleições todos os anos para se resolver os problemas”, Senhor Presidente eu não concordo com esta forma de ver a gestão, mas de qualquer maneira gostaria de saber, Senhor Presidente, para quando é que estão previstas as marcações, porque nós temos ruas de facto completamente sem qualquer visibilidade noturna, dificuldades para os peões, para os automobilistas que circulam nesses arruamentos, quando é que estão previstas as marcações, particularmente passadeiras e linhas contínuas ou traços de ultrapassagem, marcação na horizontal que seja capaz de colocar estes arruamentos dignos daquilo que são arruamentos normais. Já nem sequer não vou falar dos passeios que deviam ser feitos, mas percebo que há esta urgência em período eleitoral nós conseguirmos mostrar que estamos a fazer alguma coisa. E já agora, Senhor Presidente, fazendo esta ligação com um troço que tem degradação visível, que é a ligação entre Areosa e Alviães, que o Senhor Presidente bem conhece e todos nós em termos gerais conhecemos, este arruamento julguei eu que pudesse ter uma intervenção, espero que não seja daqui a mais ou menos quatro anos que essa intervenção seja feita e que seja feita com rapidez porque é um troço utilizado por muitos utentes, que têm dificuldade em fazer este troço, além de curvas tem de facto uma degradação do piso muito substancial. Portanto, gostaria de saber, Senhor Presidente, se está prevista alguma intervenção neste troço que possa naturalmente melhorar a circulação rodoviária e também de peões. Fazendo agora aqui uma ligação, já que estamos a falar da zona de Palmaz, Senhor Presidente, a intervenção nas margens do Caima de facto é também um tema recorrente da minha parte, peço desculpa se estou a maçar os presentes, mas a verdade é que eu gostaria de saber quem fez a intervenção na recuperação de uma parte do troço pedonal junto à levada da mini-hídrica. De facto, a recuperação que está feita, não sei se o Senhor Presidente passou nos últimos tempos por essa zona, é uma recuperação no mínimo estranha. No mínimo estranha e vou dizer porquê, tenho aqui uma fotografia que nos pode mostrar esta zona que foi intervencionada tem a vedação partida, foi quando a água transbordou e levou o muro, a parte, digamos, do suporte de terras, colocaram uma cinta e eu percebo a cinta porque se houver outro transbordo a água não possa avançar, o problema é que

não repararam a vedação, ou seja, eu gostaria de saber se foram técnicos da Câmara que fizeram isto, porque se foram técnicos da Câmara deve haver um projeto ou pelo menos alguém que orientou tecnicamente esta intervenção, se não foram acho que nós poderíamos eventualmente ter intervindo no sentido de chamar a atenção, dizer se era possível reparar a vedação, porque agora colocaram a cinta na madeira que estava colocada ao longo da levada e o que é certo é que isto, eu digo honestamente, eu não sou trolha nem pedreiro nem nada que se pareça, mas olhando para isto acho que isto é um trabalho que não está bem feito, mas gostaria de saber se foi de facto o município. Se foi o Município perceber porque é que foi feito, quem é que acompanhou e porque é que fez assim desta forma, de facto eu acho isto um bocadinho esquisito. Sobre o muro, bom, eu de facto com a resposta do Dr. Pedro Marques na última reunião, eu achava difícil que aquilo fosse reparado daquela forma e de facto o muro tem a reparação. Qual é a reparação? Na parte frontal, portanto que fica nas traseiras do pavilhão, cobriram com massa fina de maneira a ficar nivelado com o muro superior e quem passar por lá do outro lado junto às piscinas fica com a visão exatamente de que o muro está completamente desnivelado. Senhor Presidente, há relatório técnico sobre essa matéria ou não há? É que eu acho preocupante este tipo de reparações, é uma reparação para inglês ver estas reparações para inglês ver, espero bem que não seja o caso, ou das duas, uma: ou o muro está seguro e há o relatório técnico que diz que o muro não está seguro e aquilo foi só para disfarçar e aí tudo bem estamos em condições de ter acordo e, portanto, eu penso que esse ponto não virá aqui a esta reunião, espero que os relatórios técnicos estejam a ser preparados ou já estejam preparados, porque honestamente, Senhor Presidente, se olhar para isto vai perceber que o muro está exatamente igual, este muro está exatamente igual só que foi da parte da frente ou por detrás do pavilhão, foi nivelada a saliência. É tudo Senhor Presidente. O Senhor Presidente disse: hoje precisávamos só de uma manhã para responder, eu tenho uma sugestão a fazer sobre os transportes escolares, porque isto começou com um problema de uma mãe relativamente a uma criança, mas agora já vai num alerta à população. Ainda bem que as reuniões são gravadas, porque agora daqui a quinze dias já não se vai dizer que não se usaram termos como manigância e outras coisas, mas já lá vamos. Senhor Vereador Manuel Alberto peço imenso desculpa mas o Senhor já usou imenso tempo e o Senhor também ao longo dos quatro anos já percebeu que eu nunca lhe vou cortar a palavra, vou deixá-lo sempre falar, mas há uma coisa que agora é indiscutível e inquestionável, é que aquilo que o Senhor disse está gravado e o Senhor não pode dizer daqui a quinze dias que não disse que havia convivência política, o Senhor nem tem a noção do que é que disse, não tem não. A democracia tem regras, não é quando a gente se levanta e se lembra de dizer aquilo que lhe vai na alma, tudo tem algumas responsabilidades. No uso da palavra o Vereador Dr. Ricardo Tavares referiu: Eu queria dar a conhecer dois pontos. Um deles foi abordado na última reunião de Câmara e eu não estive presente, no que concerne à Praça da Cidade o assunto está praticamente concluído. Eu de qualquer maneira dois dias que estive aqui presente antes da elaboração da proposta não a consegui concluir, trarei na próxima reunião de Câmara a proposta definitiva relativamente a

este assunto da Praça da Cidade. Era só para vos dar conhecimento dessa situação. No que concerne ao regimento também tenho estado a falar com a Dra. Ana de Jesus, o Senhor Presidente tinha assumido que até ao fim deste mês viria a proposta do regimento também não foi possível concluir, na próxima reunião de Câmara certamente que conseguiremos aqui trazer a proposta do regimento. Ainda só relativamente a uma questão que o Prof. Manuel Alberto colocou e que me diz diretamente respeito, dar a informação de que durante o mês de Dezembro iniciar-se-ão as obras de pintura de passadeiras e linhas em todos os arruamentos que foram intervencionados nos últimos meses. Era só isso que eu pretendia dizer. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que iniciou a sua intervenção da seguinte forma: Senhor Presidente, se nas reuniões são colocadas muitas questões é porque efetivamente ainda temos muitas questões e problemas por resolver no nosso Município e eu se fosse Presidente de Câmara ficaria absolutamente satisfeito por ter uma oposição e por ter um executivo tão participativo e tão interventivo e tão atento àquilo que afeta o quotidiano dos oliveirenses. Bom, Senhor Presidente, nós temos um mês já de atividade e, portanto, será natural que as velhas questões e que os novos problemas passem a fazer parte da ordem de trabalhos das reuniões de executivo porque é normal que assim seja e é para isso que por um lado, os eleitores que nos elegem e, por outro lado, o Estado nos paga. Bom pegando naquilo que foi dito pelo Senhor Prof. Manuel Alberto sobre as passadeiras e que já teve aqui a resposta por parte do Dr. Ricardo Tavares, eu gostaria de lhe perguntar Senhor Presidente qual o montante envolvido nos asfaltamentos feitos na área da cidade e freguesias e obviamente dizendo aqui de uma forma absolutamente de uma forma clara e sem qualquer problema com a gravação, gostaríamos de perceber o montante que envolveu essas obras cujos fins foram meramente eleitoralistas e vão certamente comprometer a execução financeira da autarquia em termos daquilo que era o seu propósito de redução de dívida. Uma outra questão que eu lhe queria colocar, Senhor Presidente, era sobre um programa Comércio Investe, que é o substituto do MODCOM, que está agora a acabar, um programa muito importante para o comércio debilitado que temos um pouco por todo o país e o que eu gostaria de saber era se o município desenvolveu, a Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra tem também essa obrigação, alguma iniciativa em colaboração porque não com a associação comercial local no sentido de desenvolver ações de formação, divulgação e esclarecimento sobre esta importante iniciativa, uma iniciativa que como disse procura impactar medidas de desenvolvimento do nosso comércio através da informatização, através da adequação do espaço, participações a fundo perdido na ordem dos 40%. E se nós não fizermos efetivamente nenhuma iniciativa ou se não promovermos a divulgação deste programa devemos fazê-lo, é só esta nota que eu quero deixar, em futuros programas porque devemos obviamente estar atentos e sermos agentes ativos em tudo o que sejam programas que visem ajudar o nosso comércio e a nossa indústria. Uma outra questão que tem também a ver com os asfaltamentos, Senhor Presidente, tem a ver com a intervenção que estava prevista para a Rua da Imprensa Oliveirense. Eu estou a falar em termos daquele arranjo urbanístico que falamos para a Escola

da Fonte Joana onde chegamos inclusive em reunião de executivo a aprovar o material a utilizar nos passeios tendo optado na altura por uma solução um pouco mais cara, um bocado mais cara do que a solução inicial porque queríamos que houvesse alguma coerência em relação àquilo que já estava a ser feito na envolvente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. Portanto, Senhor Presidente, era objetivamente perceber o ponto de situação desta obra, se efetivamente ela vai avançar ou não, porque na altura recordo-me bem que houve alguma urgência em definir os materiais porque queríamos avançar de imediato com a obra. Uma outra obra cuja urgência também foi aqui várias vezes reclamadas foi o Largo da Feira dos Onze. Bom, esta obra passou de obra urgente para avançar rapidamente para uma obra sujeita a cabimentação orçamental. Ora bem, este é o equipamento de lazer absolutamente fundamental para uma cidade, para a área central da cidade, onde todos concordamos que asseia este tipo de equipamentos. Eu sou daqueles que não aceita que alguém que gasta num dia, numa volta a Portugal, quase o montante que precisa para investir na requalificação deste espaço, venha dizer que aguarda cabimentação orçamental, uma resposta para a falta do avanço desta obra. Esta obra é uma obra que deve avançar imediatamente, deve avançar o mais rapidamente possível, porque eu temo que daqui a alguns meses estejamos a falar das condições atmosféricas para protelar esta obra no tempo. Portanto, é absolutamente inaceitável que um espaço daqueles não tenha neste momento nenhum tipo de utilidade, não tem rigorosamente nenhum tipo de utilidade e nós temos que dar utilidade aos espaços públicos. Senhor Presidente, uma outra questão tem a ver com uma questão que se tem falado ao longo dos últimos anos mas que ganhou especial ênfase nos últimos tempos, tem a ver com a Linha do Vale do Vouga. Só para lhe dizer isto Senhor Presidente: nós devemos tomar uma posição clara e convido o executivo a fazê-lo, onde manifestamos à Tutela a nossa discordância pela redução da importância desta linha e pelo desinvestimento que está a ser sujeita e, portanto, nós devemos, em nossa opinião, ser absolutamente claros nesta matéria e devemos inclusive ser protagonistas na concertação de posições com municípios vizinhos que também são servidos por esta infraestrutura. Portanto, Senhor Presidente, fica aqui este desafio no sentido de que a autarquia assuma também este papel. Mais uma questão, Senhor Presidente, que é recorrente nesta reunião e para a qual obviamente o Executivo não terá possibilidade de executar porque não é uma obra da sua responsabilidade, mas é uma obra para a qual o executivo deverá continuar a manter pressão junto das estradas de Portugal. Estou a falar da zona das Mangas, na necessidade de uma rotunda na zona das Mangas. Houve agora muito recentemente mais um acidente gravíssimo naquela zona, os acidentes são recorrentes, eu passo lá todos os dias, o Ricardo Tavares também passa lá todos os dias, a Ana de Jesus também passará lá muitas vezes e, portanto, sabemos que aquilo de que estou a dizer é verdade, a própria comunicação social sabe disso, os acidentes são frequentes. E, portanto Senhor Presidente, eu recordo-me que na altura em que estávamos a intervir, em que as Estradas de Portugal estavam a intervir na 227 em Nogueira do Cravo, que nós falamos precisamente na presença das Estradas de Portugal para promover com eles um conjunto de reuniões no sentido dos sensibilizar para a importância

da criação de uma rotunda na zona das Mangas. Pois bem, a Estrada Nacional 227 está feita, por ela já passaram muitas dezenas de milhares de veículos e a zona das Mangas continua por ausência, por inexistência da rotunda a ser palco de acidentes frequentes. Esqueci-me da Dra. Gracinda Leal que também passa por lá todos os dias, peço desculpa. Portanto, Senhor Presidente, era no sentido de mais uma vez nós procurarmos nas reuniões que temos com as Estradas de Portugal dizer-lhes que esta é uma questão muito importante, porque eu temo que um dia destes nós percamos uma vida naquele espaço. Os acidentes são normalmente de grande gravidade, porque o local é perigoso e Senhor Presidente é só mais uma vez esta chamada de atenção. Senhor Presidente, mais uma questão que tem a ver com a Urbanização de S. Marcos em Fajões, queríamos só saber o ponto de situação, julgo que até é uma questão que será mais diretamente para o Dr. Ricardo Tavares, porque honestamente está na altura de nós resolvermos de uma vez por todas esta questão, uma questão que se arrasta há anos, atravessou o nosso último mandato e eu seria um Vereador muito satisfeito se não atravessasse este mandato. Mais uma questão Senhor Presidente, é uma questão semelhante, é a questão do pavilhão da Noz, eu sei que a questão da resolução do pavilhão da Noz não é da responsabilidade do Município, o Município não é o promotor da obra, mas o Município reconhece que aquela obra é importante para o concelho, é uma infraestrutura importante para aquela região do concelho. Sabemos que a instituição responsável pela obra não tem capacidade financeira para a concluir e obviamente sabemos que o Município o está a fazer, mas queríamos saber em que ponto de situação está. Sabemos que houve agora uma alteração nos órgãos sociais, portanto, temos novos órgãos sociais e se calhar temos de lhes dar algum tempo para eles se inteirarem do processo, se bem que alguns deles eventualmente faziam parte das estruturas diretivas anteriores e, portanto, digamos que há alguma continuidade. Senhor Presidente, era o ponto de situação da questão do pavilhão da Noz. Mais uma questão, Senhor Presidente, e para terminar, tem a ver com o plano de reafectação dos funcionários às Juntas de Freguesia. Este plano devia ter sido feito no último mandato, é uma crítica que é feita, eu não vou dizer quase que unanimemente por todos os Presidentes de Junta, todos eles obviamente reclamam funcionários, sabemos que o fazem porque querem servir melhor as suas populações. Nós no último mandato, desde o princípio do mandato, falamos na necessidade de reafectar funcionários, definir os critérios de atribuição de funcionários às freguesias, não o fizemos apesar de promessas feitas em sede de Executivo. O que eu gostaria de saber é em que ponto de situação está esse processo para que nós possamos no início do mandato porque é aqui que faz sentido termos essa resposta para dar aos nossos Presidentes de Junta de Freguesia. Era só, Senhor Presidente. Muito obrigado. Findas as intervenções o Senhor Presidente disse: procurarei dar as respostas e que são muitas devido às inúmeras questões colocadas. Eu dava a palavra ao Senhor Vereador Isidro Figueiredo para esclarecer, mas eu desde já sugeria o seguinte Senhor Vereador Isidro Figueiredo, esta é uma reunião pública e, portanto, tem um outro impacto, eu sugeria que o Senhor Vereador Isidro Figueiredo desse nota pública também, não nesta reunião mas enquanto nas suas responsabilidades de Vereador da Educação, um

esclarecimento relativamente à questão dos transportes escolares para que não fique em nenhum momento e em alguma circunstância no ar que há aqui e vou citar o Senhor Vereador Manuel Alberto “conivência” relativamente a esta matéria. O que o Senhor Vereador Manuel Alberto disse foi demasiado grave, demasiado grave, para não merecer um esclarecimento público que não pode ficar restrito à reunião de Câmara, mas dava-lhe a palavra para esclarecer o Senhor Vereador Manuel Alberto. Usando da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo esclareceu: Senhor Presidente, permita-me só que reitere algumas declarações que já fiz e que repudio completamente aquilo que eu ouvi da boca do Senhor Vereador Manuel Alberto. Aliás, eu posso dizer até porque já estamos nisto há quatro anos e alguns meses, que o Senhor Vereador Manuel Alberto é useiro e buseiro em insinuar e em usar expressões das quais depois se arrepende. É verdade Senhor Vereador. Já agora vale a pena dizer o seguinte: eu não me revejo, não me revejo de modo nenhum nas expressões utilizadas nem nas insinuações que fez. Primeiro, até porque sendo uma reunião de carácter público, eu gostava de esclarecer o seguinte: não há, nunca houve conivência política, nem manigância da nossa parte. Lembro que os transportes dos nossos alunos cumprem escrupulosamente aquilo que a Lei neste país, ainda que o Senhor não esteja de acordo com a Lei, cumpre aquilo que a Lei neste país dita sobre transportes escolares que é cumprido rigorosamente em Oliveira de Azeméis, que é cumprido rigorosamente nos 308 municípios deste país. Já agora também cumpre os regulamentos municipais de transportes que o Senhor aprovou, que os Senhores Vereadores aprovaram noutras circunstâncias e também no mandato do qual eu fiz parte e ainda estão em vigor. Devo acrescentar ainda que o Plano de Transportes é feito no início de cada ano, por volta do mês de Fevereiro, é discutido e aprovado em reunião do Executivo no qual o Senhor tem assento, é aprovado em Assembleia Municipal no qual o Partido Socialista também tem assento e é visado pelo Tribunal de Contas. Se isto não o satisfaz lamento muito, mas é aquilo que as Leis do país, que os regulamentos municipais ditam e que eu cumpro escrupulosamente. Aliás eu repudio que o Senhor Vereador Manuel Alberto insinue que nós sejamos um bando de criminosos que não sabemos o que fazemos, porque o Senhor também faz parte desse bando. Eu repudio completamente as insinuações que faz e não aceito que numa reunião de Câmara Municipal se utilize estas expressões. Lamento muito, não é a primeira vez que o faz e digo-lhe mais, o Senhor consegue irritar um Santo, não sou eu porque eu não sou Santo. No uso da palavra o Senhor Presidente esclareceu: relativamente às questões que foram colocadas logicamente que acompanhamos o voto de louvor proposta pela Senhora Vereadora Ana de Jesus naquilo que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela CPCJ e ao 20.º aniversário e naturalmente que comungo das preocupações, mas também já fiquei tranquilo relativamente à intervenção da Senhora Vereadora Gracinda Leal dando as explicações e que acompanha também com muita equidade todo o trabalho que é desenvolvido pela CPCJ. Relativamente às questões que o Senhor Vereador Helder Simões colocou, muitas delas entroncam hoje nas intervenções subseqüentes relativamente ao Vereador Manuel Alberto Pereira e Vereador Joaquim Jorge que é aquela equação entre o fazer obra e a redução da dívida e, portanto, as questões das contas e nós temos

que nos entender se queremos pintar as passadeiras, se queremos fazer a Feira dos Onze, se queremos fazer isto e fazer aquilo e depois queremos reduzir os níveis de endividamento. Essa é uma preocupação que nós temos, mas esta é uma velha questão, onde para fazer obra é preciso recursos financeiros e naturalmente que eles não são intermináveis e naturalmente que é esta equação entre uma coisa e outra e o equilíbrio que felizmente tem acontecido, mas nós temos feito um esforço tremendo de redução da nossa dívida, é publico, não é reconhecido pelos Senhores Vereadores, mas é publicamente reconhecido, mas mesmo que isso não aconteça também não nos desviamos daquela que é a nossa orientação relativamente ao equilíbrio financeiro da Câmara Municipal. Para isso temos que ir às discussões sobre o PAEL e outro tipo de discussões, irmos ver o historial, nós não podemos é mudar de opinião consoante são os períodos, se é período pré-eleitoral, se é um período pós eleitoral, mas eu hoje até procurei aqui na minha agenda se havia eleições marcadas para os próximos tempos, mas percebi que não havia ou então ainda foram muito recentes e ainda não estão devidamente assimilados os resultados eleitorais. Eu pelo menos respeito a democracia, respeito aquilo que os eleitores decidam e aceito, ganhe ou perca, foi assim na minha vida sempre, já ganhei, já perdi e respeito sempre as situações e pelo menos reconheço que quem ganha tem a responsabilidade de governar, mas ao fim julgo que ainda não são trinta dias, úteis não são de certeza, isto já parece que parrou aqui um terramoto no Município de Oliveira de Azeméis, mas acho muito bem, parece que as pessoas ainda não perceberam ou ainda não analisaram bem os resultados eleitorais mas fico satisfeito por permanecerem no mesmo registo, que é sinal que daqui a quatro anos as coisas também se irão repetir conforme tem vindo a ser o histórico nos últimos anos. Relativamente à questão do Retiro da Montanha que Senhor Vereador Helder Simões aqui colocou é uma questão de difícil resolução, de difícil resolução por responsabilidades históricas, coisas do passado muito antigas que tinham a ver com a gestão do Parque de La-Salette, que tinham a ver com aquela família que tem a responsabilidade da administração do Retiro da Montanha. É um trabalho que tem vindo já a ser feito ao longo de muitos anos para tentar encontrar uma boa solução que não passe por afetação de muitos recursos financeiros, porque é isso que nos últimos tempos os contatos que foram feitos passavam por afetação de avultados recursos financeiros para, por exemplo, cedência daquele espaço para se poder naturalmente ali intervir e transformar aquele espaço. Como sabe também já teve início a questão da requalificação do Parque de La-Salette, do Núcleo Central, já está em curso a empreitada e, portanto, nós queríamos ver se conseguíamos conciliar, porque nem queríamos aumentar no tempo a obra para podermos naturalmente conciliar essas duas situações, mas é uma preocupação que temos, portanto, eu aí acompanho na preocupação que existe. Quanto à questão da A32, Senhor Vereador logicamente que nenhum de nós está satisfeito com a situação da A32 tal como ela está, nomeadamente o viaduto que o Senhor Vereador falou, deixe-me dizer-lhe, não leve a mal, se calhar podia ter falado noutra altura e até tinha outra forma de o falar. Foi feito esse aviso, porque havia muitas situações, como sabe a terceira autoestrada era uma autoestrada muito política e teve discussões públicas enormes no país e ela ficou por

Oliveira de Azeméis, veio até Oliveira de Azeméis, ainda bem que veio até Oliveira de Azeméis, acho muito bem, é bom para o nosso desenvolvimento e para o aumento da nossa competitividade. A A32 apesar de ter as portagens caras, eu reconheço, é a minha opinião pessoal, vale o que vale e vale muito pouco para vocês, vale pouco para vocês mas vale muito para os Oliveirenses o que é muito importante, a minha opinião pessoal repito que vale pouco para vocês é que se pudesse fazer a ligação à A25. Era muito importante e interessante para as nossas empresas, era mais uma porta aberta para o caminho da exportação. Quanto à terceira questão que o Senhor Vereador colocou, se o quiser fazer esteja à vontade, se o quiser fazer hoje nesta reunião pode-o fazer, se souber alguma coisa sobre a prestação de serviços da Câmara Municipal nas eleições autárquicas. Eu percebi que o Senhor Vereador sabe mais ou tem conhecimento de mais do que aquilo que disse, se puder dizer agradeço, se não puder tenho naturalmente que procurar saber ou se o quiser fazer depois em privado ou particularmente para eu poder dar um esclarecimento, porque eu não lhe vou responder nem sim nem não, porque não sei, o Senhor Vereador disse “isso está registado, são coisas que estão registadas”, não faço a ideia do que está a falar, se quiser depois me ajudar eu procuro satisfazer a sua resposta, senão não sei. Quanto à questão da dívida global do município, nós vamos ter a oportunidade de a discutir muito brevemente. Deixe-me dar-lhe uma nota Senhor Vereador, nós não somos diferentes na Câmara Municipal nem somos diferentes das previsões que são feitas pelos Governos, pela OCDE, pela Comissão Europeia, pelo FMI, pelo Banco de Portugal e podia estar aqui toda a manhã a dizer-lhe que se aponta para no final do ano o défice ser x e o défice depois é y, que os valores que o FMI diz não batem certo com os do Banco de Portugal, não batem certo com as previsões da OCDE e, portanto, nós temos objetivos, temos naturalmente que cumprir com a legislação em vigor, mas nem sempre podemos acertar nas previsões, procurarmos naturalmente que assim seja e, portanto, cá estaremos para avaliar a nossa performance do ponto de vista financeiro e a nossa redução da dívida, do endividamento, do prazo médio de pagamento, todas essas questões que habitualmente nós discutimos, e bem, e temos que discutir até porque temos que reportar toda a nossa situação económico-financeira ao Ministério das Finanças, ao Ministério que Tutela as Autarquias e, portanto, são matérias que o Senhor conhece bem e, portanto, dizer-lhes que nós continuamos a fazer o nosso trabalho de consolidação e equilíbrio das nossas contas públicas. Quanto à questão colocada pelo Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira relativamente à questão dos transportes escolares, já foi feito um esclarecimento por parte do Senhor Vereador Isidro Figueiredo, esclarecimento que terá que ser reforçado e, portanto, essa parte vou passar à frente. Quanto à questão das marcações nas vias, houve uma preocupação em vias com utilização mais intensa e o Senhor Vereador não fez essa referência, não por nada em especial, mas porque se esqueceu com certeza, que foi na zona da Imprensa Oliveirense, nomeadamente junto à Escola, a preocupação de marcar as passadeiras porque estão ali crianças a saírem todos os dias da escola; a zona industrial também tem neste momento passadeiras, foi destes últimos asfaltamentos e há outros locais onde foram colocadas as passadeiras e outros aonde ainda vão ser colocadas e, portanto,

claramente que queremos que as ruas fiquem marcadas e bem marcadas essa é uma nossa preocupação. Registei também que tivesse falado da questão da estrada que liga Areosa a Alviães, mas há muitas outras Senhor Vereador Manuel Alberto Pereira, há muitas outras no nosso concelho que estão degradadas e que precisam de intervenções, não é só a Estrada de Areosa a Alviães. Há ali zonas naquela estrada, e o Senhor também conhece bem, que por muitas intervenções que se lá faça há problemas estruturais que normalmente depois ficam rapidamente deterioradas e como sabe aquela estrada tem também uma utilização intensa de viaturas de transporte de madeiras, pesadíssimas e que a deterioração é mais rápida, ou seja, o tempo útil daquela via é reduzido. Quanto à questão que colocou sobre a intervenção junto à mini-hídrica, eu registei, não tenho neste momento possibilidade de lhe responder de quem fez a intervenção, vou saber e vou-lhe dizer na próxima reunião. Quanto à questão do muro, o Senhor Vereador vai dizendo e justiça lhe seja feita, o Senhor Vereador vai dizendo que não tem conhecimentos técnicos para avaliar as diversas situações das quais intervém mas mesmo não tendo conhecimentos técnicos o Senhor Vereador vai sempre deixando no ar as questões, é um estilo muito próprio que o caracteriza, o Senhor já várias vezes o fez, faz apreciações ao meu estilo e seguramente que se recorda que às vezes até diz que eu estou muito calmo, outras vezes diz que eu estou não sei quê, depois diz que eu fui o pior Presidente da história de Oliveira de Azeméis, diz essas coisas todas. Também não são os Oliveirenses porque pelos resultados eleitorais os Oliveirenses não têm dito isso. O Senhor também não deve ficar satisfeito pelos seus resultados eleitorais, porque os Senhores também perderam muitos votos. Há uma coisa que o Senhor pode ter a certeza, é que durante estes quatro anos o Senhor não vai ficar sem a resposta como ficou nos últimos quatro anos. O Senhor chega aqui, diz o que lhe apetece, ainda quer voltar a esse assunto? O Senhor Vereador deve querer repetir as eleições? Senhor Vereador, há uma coisa que o Senhor vai ter que se habituar também porque as reuniões estão a ser gravadas, é quando eu lhe der a palavra o Senhor fala, enquanto eu não lhe der a palavra o Senhor tem que se aguentar. Podemos continuar ou não? O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: é importante para este executivo e para este município que as questões sejam debatidas com elevação e com profundidade e, portanto, se o Senhor acha que debater questões é cada um falar na sua vez. O Senhor Presidente continuou: eu até gosto destas coisas e o Senhor também gosta, se calhar lá bem no fundo até gostamos os dois de basquete, só vou quando posso, se eu tivesse a sua vida até ia, mas vou mais do que o Senhor e se quiser fazer uma avaliação durante os últimos vinte anos não podemos só fazer a avaliação em certos períodos, podemos andar uns vinte anos para trás e, portanto, aí se calhar andamos empatados, a única diferença é que o Senhor jogou e eu não joguei. Senhor Vereador, o seu currículo é público, aliás todos os Oliveirenses receberam várias vezes em casa o seu currículo, portanto não vale a pena. Eu estava no Vereador Dr. Manuel Alberto sobre a questão do muro, o Senhor Vereador Manuel Alberto far-me-á justiça porque fui eu próprio na última reunião que sugeri a retirada do ponto, até lhe disse que não tinha visto e que ia pedir aos serviços técnicos que se referissem objetiva e concretamente à questão que o Senhor Vereador Manuel Alberto tinha colocada e que nós já

tínhamos aqui discutido na reunião de Câmara no mandato anterior. E se não veio a esta reunião de Câmara e o Senhor Vereador tinha visto na questão do agendamento, não estava agendado, se não veio a esta reunião de Câmara é porque eu ainda não fiquei satisfeito com o relatório e, portanto, ainda não foi liberada a caução por parte do empreiteiro conforme ele solicitou. Vamos aguardar, o Senhor Vereador Pedro Marques disse que tinha sido feita uma intervenção e o Senhor Vereador Manuel Alberto confirma, mas nenhum de nós tem conhecimentos técnicos para poder dizer se a intervenção foi bem-feita ou mal feita. Terão que ser os técnicos a assumir essa responsabilidade e nós então tomamos uma decisão política em sede de executivo quando formos chamados a essa situação, porque o que o Senhor Vereador disse é que o que lá foi feito, não foi por nós naturalmente, foi “para inglês ver” e, portanto, nós agora precisamos de saber se foi isso, se foi para “inglês ver” não pode ser e, portanto, não se liberta a caução enquanto a situação não estiver resolvida, se estiver quem assumir as responsabilidades dos relatórios tem que depois de ser chamado à atenção se acontecer alguma coisa menos positiva. Quanto ao Senhor Vereador Joaquim Jorge tomei nota e vou procurar saber relativamente à questão do comércio Investe. Se calhar é preferível ver o que está a ser feito e depois dar a informação ao Senhor Vereador Joaquim Jorge. Quanto à questão da Rua da Imprensa Oliveirense e da Feira dos Onze estamos a falar de obras que estão aprovadas, que vão ser feitas, mas que têm que cumprir naturalmente com todas as regras de contratação e também financeiras. Para o tranquilizar Senhor Vereador nós seguramente que saberemos compatibilizar e encontrar diversas soluções para fazer uma coisa que o incomoda a si pessoalmente que tem a ver com a volta a Portugal, porque o Senhor falou que uma Câmara que faz a Volta a Portugal e não faz a Feira dos Onze, não, eu vou-lhe responder: nós fazemos a Volta a Portugal e fazemos a Feira dos Onze, disso o Senhor pode ter a certeza, a Volta a Portugal não somos nós que decidimos, tem a ver com uma organização a nível nacional e que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis tem estado, não tem neste momento contrato, mas se me perguntar se nós devemos ter a Volta a Portugal ou não, eu vou-lhe responder a mesma coisa, porque o registo é de coerência e o Senhor também é, o Senhor é contra e eu sou a favor. Não deve na minha opinião ser utilizada, não é por não fazermos a Volta a Portugal que fazemos mais depressa a Feira dos Onze. Queria que isso ficasse claro. Quanto à questão da Linha do Vale do Vouga Senhor Vereador, só para lhe dar nota das reuniões que tive com a REFER e com a CP. Agora há uma questão e seguramente que o Senhor me acompanha nessa preocupação. É que com a questão da segurança nós não podemos facilitar. A REFER emitiu um parecer relativamente à segurança estrutural da via no troço Oliveira de Azeméis/ Sernada e esse estudo aponta para a circulação dos comboios a 10km/h, naturalmente que a CP procurou imediatamente apresentar alternativas, que em primeiro lugar foram alternativas rodoviárias por autocarro e que em segunda instância foram alternativas rodoviárias por táxi e segundo as informações que eu recolhi, perguntando ao Senhor Presidente da CP o porquê desta alteração, o Senhor Presidente da CP foi muito taxativo, disse que a questão de não ser um autocarro e ser um táxi tinha a ver com o volume de pessoas que utilizavam aquela via e, portanto, não era

preciso um autocarro chegava um táxi. Isto foi-me reportado pelo Senhor Presidente Eng.º Manuel Queiroz, Presidente da CP. Aliás ele dá uma entrevista ao Expresso esta semana onde também fala na questão da Linha do Vouga. Temos que encarar esta situação da Linha do Vouga em dois troços: Oliveira de Azeméis Sul e o Oliveira de Azeméis Norte, são muito diferentes, posso dizer que a CP e a REFER também olham de fôrna diferente para estas duas situações. Estamos aqui só a falar do troço que liga Oliveira de Azeméis à Sernada e não do troço para a zona norte e aí já como sabem a própria Associação de Municípios Terras de Santa Maria e a Junta Metropolitana do Porto encomendaram um estudo a uma Universidade e a um professor, que é o professor mais conceituado em termos de transportes ferroviários e como sabem há a intenção e a vontade de incluir o troço Oliveira de Azeméis/ Espinho/ Porto na concessão da CP Porto e é também uma vontade deste Governo concessionar esta linha, a Linha do Norte e este troço da CP Porto a exemplo daquilo que fez em Cascais recentemente e que fez também noutras linhas. A ideia de intervenção nesta área é uma coisa muito semelhante àquilo que se fez em Guimarães que teve um aumento brutal de utilizadores do espaço a partir do momento que a linha foi modernizada, foi eletrificada, foi mais rápida, mais cómoda e, portanto, a utilização passou a ser feita com maior frequência. Sobre a Urbanização de S. Marcos, Senhor Vereador, foi assinado um memorando de entendimento com a Comissão de Moradores da Urbanização de S. Marcos ainda no mandato anterior e está a ser cumprido, portanto, a primeira intervenção é uma intervenção de profunda limpeza de todo o espaço, até porque há ali dúvidas que são levantadas pelos moradores relativamente ao histórico técnico que nós temos na Câmara Municipal e à intervenção feita no terreno, há coisas que aparentemente não batem certo e, portanto, está a ser feito esse levantamento, ainda recentemente estive com um representante da comissão de moradores, onde falamos que teria que ser feita uma visita ao local agora, mas já estão elencadas as prioridades, as prioridades foram definidas com os moradores, as prioridades de intervenção na Urbanização de S. Marcos e isso já está em curso e está a decorrer. Relativamente à questão colocada sobre o pavilhão da Noz, está agendada para amanhã uma reunião com os novos órgãos sociais da Noz. Deixe-me dizer-lhe que não temos muito tempo para tomar decisões relativamente a esta matéria, não temos, até porque urge que o dono da obra tome uma decisão, porque nós não nos podemos substituir ao dono da obra, sem que o mesmo assim o queira e se assim o decidir é uma situação que teremos de ser nós em reunião de executivo a decidir relativamente a essa matéria. Quanto à última questão que colocou, do plano de reafectação de funcionários para as Juntas de Freguesia, eu relembro ao Senhor Vereador que na última inspeção que tivemos, na qual os Senhores enquanto Vereadores da Oposição participaram e deram um conjunto de achegas à Senhora Inspetora, dizer-vos o seguinte: a Senhora Inspetora no relatório final e nas conversas que teve com a Câmara Municipal, ela tem a maior das dúvidas, é a interpretação dela, ela também disse que era a interpretação dela enquanto Inspetora da IGF, que não há nada escrito sobre a matéria, mas ela tem as maiores das dúvidas relativamente a essa situação da reafectação dos funcionários à qual lhe foi dito e explicado o quanto melhor era para as Juntas de Freguesia e a

Câmara Municipal que os funcionários pudessem ter este registo de proximidade, estarem mais próximos das populações. Eu concordo claramente consigo sobre essa situação, teremos que fazer alguma coisa, agora temos que fazer dentro daquele que é o enquadramento legal, porque aquilo que nós não podemos ter, e eu aí concordo consigo, é freguesias que têm fruto do histórico e de terem tido funcionários mais novos que ainda continuam nos mesmos sítios e outros que foram para a reforma e que não foram substituídos, isso é que me parece mal e provoca aqui um desequilíbrio que não é desejável e que precisa naturalmente de ser corrigido, mas essa é também uma das situações que vai ser corrigida, é uma decisão que vai ser tomada a muito curto prazo em concertação com os Senhores doze Presidentes de Junta e depois daremos aos Senhores Vereadores conhecimento em termos de reunião de Câmara. Peço desculpa de me ter alongado, mas as questões eram tantas que tive naturalmente que procurar não deixar nenhuma por responder. Na zona das Mangas, a sensibilização das Estradas de Portugal, nós temo-la feito Senhor Vereador, eu também estou de acordo consigo, como está a ver a gente tem muitas coisas em que estamos de acordo e outras em que não estamos, mas eu estou de acordo consigo. Urge resolver ali aquela situação, se é uma rotunda, ou não é, eu também acho que é, mas aquela situação tal como está é que não está nada bem. Eu comprometo-me Senhor Vereador nossa próxima reunião de Câmara dar-lhe nota do que é que a Senhora Diretora de Estradas diz, porque ela própria também já veio ao local. Esse trabalho de sensibilização está feito, cartas e mais cartas. É assim: uma das razões e o Senhor Vereador sabe disso e foi falado aqui também, uma das questões que levou à intervenção em Nogueira do Cravo, à construção da rotunda do Las Vegas foi através de um programa que era das Estradas de Portugal, mas que eram programas de urgência relativamente à sinistralidade elevada. Eu procurei fazer isso também nesta situação, é verdade que há lá muitos sinistros, parte o pisca, amassa a porta. Estou-lhe a dizer qual foi a opção das Estradas de Portugal. Senhor Vereador, o Senhor sabe infelizmente o que aconteceu na rotunda do Las Vegas, morreu uma criança. Mas ouça, esse é um problema do país, é uma chatice, infelizmente, mas isto é a verdadeira realidade, aquele acidente mortal acelerou a resolução da questão de Nogueira do Cravo, infelizmente. Lembra-se quantas vezes já tínhamos falado da situação de Nogueira do Cravo, muito anterior a nós Senhor Vereador, mas não é preciso haver isso para se resolver, nisso também estamos de acordo. O Senhor Presidente concedeu novamente a palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que disse: de facto se há alguém no registo histórico deste executivo que tenha apelado a que as reuniões fossem gravadas bem eu terei o palmarés. Agora eu não admito é que um Vereador como o Prof. Isidro Figueiredo que pelos vistos eu tirei do sério, mas ele não é santo como ele disse. De qualquer maneira eu nem vou estar a referenciar esse aspeto porque eu não peço ao Prof. Isidro Figueiredo que seja santo, ele tem é que ser Vereador responsável e tem que encarar a crítica de uma forma normal. Eu bem sei que quem tem os pelouros gostaria que isto fosse música e violinos, o problema é que isto não é música nem são violinos. O que eu disse, isso está gravado e a seu tempo a gente vai ficar com a possibilidade de esclarecer aquilo que eu disse. Eu disse e reafirmo que espero que o município não assuma aqui um papel de lavar as

mãos disto e perceber o que é que pode fazer para assegurar um transporte com qualidade, um transporte com segurança para que as crianças possam ser transportadas e além disso informar a população Oliveirense de que aquele transporte não é só para crianças, é um transporte que pode ser usado por todos os Oliveirenses. Agora eu não admito que um Vereador que fala grosso aqui nas reuniões desta forma e poucas vezes fala grosso de facto, falou grosso hoje, poucas vezes fala grosso, aponte com o dedo em riste para uma intervenção que eu fiz normal sobre uma situação que de facto me parece anormal que é esta e depois diga o seguinte: que eu considere que somos um bando de criminosos, não insinuei, que fique aqui muito claro, não insinuei, acho que este executivo deve assumir o papel ativo nesta e noutras matérias e nesta matéria de facto parece-me que o papel é pura e simplesmente passivo. É aquilo que eu entendo, se o Senhor discorda está no seu direito. Agora não coloque na minha boca, porque agora de facto ficam gravados os registos que é para que no futuro as pessoas percebam quais são os níveis de intervenção, eu utilizei alguns termos e não tenho qualquer arrependimento sobre essa utilização, eu não tenho nenhum arrependimento porque eu sei o que é que usei. Eu usei termos que de facto parece haver, eu não disse que havia, disse parece haver aqui de facto um jogo que é um jogo que interessa naturalmente a uma das partes, vamos é ver se interessa é ao município e à população do município e reafirmo isto. Portanto, não admito é que utilize esse tipo de expressões para comigo, porque eu não sou de facto um indivíduo irresponsável, bem pelo contrário, não estou a dizer que os senhores sejam irresponsáveis, estou a dizer que não sou responsável, bem pelo contrário e há uma coisa de que não desisto é que quando eu acho que tenho razão, atenção. Quando eu digo eu é no sentido de um grupo, neste caso dos Oliveirenses, porque eu represento uma parte dos Oliveirenses, fui eleito para isso, não fui eleito para estar cá a tocar violino e para dizer aquilo que vocês gostam, isso é que era bom, isso é o que vocês gostavam. Eu estou aqui exatamente para fazer uma coisa: para defender as minhas convicções, naturalmente com o respeito que tenho pelos Oliveirenses. Cada um fará o que acha que é melhor. Eu faço isto, se os Oliveirenses não me quiserem e pelos vistos não têm tido essa escolha, o Senhor Presidente recorrentemente faz essa referência, agora não desvalorize é quem de facto confia e quer que a Oposição faça o seu papel. Este é o papel da Oposição, se não gostam dele paciência. Usando da palavra o Vereador Dr. Isidro Figueiredo disse: Acho que não vale a pena estar a prolongar uma questão que não tem discussão, discussão do ponto de vista conceptual, pode ter sempre muitas discussões à volta do essencial. Meu caro Vereador, talvez perceba que o seu drama e a sua frustração tenham a ver com aquilo que foi o ditame dos Oliveirenses durante vinte anos. Agora também me vai ouvir, o Senhor pode dizer o que quiser e eu tenho que o respeitar quando o Senhor fala, quando eu falo o Senhor não tem que respeitar. Mas meu caro amigo, repito exatamente aquilo que eu digo, que os Oliveirenses sabem o que querem, as eleições terminaram no dia 29 de Setembro, fazemos parte de um Executivo com a Oposição à qual eu reconheço o direito de fazer uma oposição positiva, construtiva e não destrutiva, insinuante de responsabilidades que eu assumo inteiramente no exercício das minhas funções. As responsabilidades que eu assumo relativamente aos pelouros que me estão

atribuídos são assumidos na sua plenitude, mas nas decisões que são também coletivas onde o Senhor tem assento, o Senhor não se pode pôr de fora porque a responsabilidade é de todos. E vale a pena dizer que eu não troco o meu sossego, a minha competência por nenhum tipo de atuação menos responsável e menos coerente com aquilo que são os conhecimentos que tenho felizmente em matéria de educação, da administração educativa e também enquanto responsável autárquico pela área da educação. Aliás temos em comum, já agora gostava de lhe lembrar, a responsabilidade de ter assumido em determinado tempo da nossa vida profissional responsabilidades à frente de uma escola e também nessa altura, da mesma forma do que aqui, assumíamos as nossas responsabilidades e exigíamos que elas fossem cumpridas na gestão daquilo que é o melhor para os nossos alunos. Se alguém ousar insinuar ou pensar que nós queremos aqui contemplar outras intenções que não seja a defesa dos nossos alunos das nossas escolas, do sucesso do ensino em Oliveira de Azeméis e que estamos eventualmente a querer beneficiar terceiros que não aqueles que são o nosso interesse, desculpe o Senhor insinuou aí relativamente às empresas e às manigâncias. Que eu saiba nós só podemos contratualizar este serviço à empresa que tem a concessão exclusiva dos transportes em Oliveira de Azeméis até porque não há outra, não há concorrência e isto é assim desde que eu conheço o sistema de transportes escolares. Era assim no seu tempo quando era Diretor da Escola Ferreira de Castro, era assim no meu tempo quando eu fui Presidente do Conselho Executivo da Soares Basto e ainda é assim hoje, aliás a Lei que regulamenta os transportes data de 1984 como o Senhor sabe. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Eu ouvi aqui este discurso inflamado do Senhor Vereador com o dedo em riste, esse dedo em riste não intimida rigorosamente nada como já devia saber, pois se nos conhece há muitos anos sabe muito bem que esse dedo em riste rapidamente tem tendência para abaixar. Senhor Vereador só para lhe dizer o seguinte: se nós sabemos que é um transporte público que devia ter a duração de um ano e só dura durante o período escolar obviamente que quem assegura esse transporte público está a usar de uma manigância para evitar a necessidade de auxiliar, ponto, não tenho dúvidas rigorosamente nenhuma sobre isso. Se nós sabemos disso e não procuramos que aquele transporte público funcione durante todo o ano servindo as necessidades escolares que temos e a população também dessas áreas geográficas servidas por esse transporte público é conviência política. Agora ninguém disse que havia manigâncias do Executivo, falou-se na manigância em relação aos operadores dos transportes, o termo foi utilizado em relação aos operadores dos transportes, devia estar atento em relação a isso. E quando se disse que nós sabemos que aquele transporte é público e sendo público deve permitir a sua utilização não só pela população escolar mas pela população das freguesias que serve, obviamente que nós temos a obrigação de tornar isso público. E aqui a questão que foi levantada é que as pessoas são impedidas de utilizar esse transporte, eu não estou a dizer que o Senhor não o desconhece, pode desconhecer. Senhor Presidente, uma nota que eu queria deixar relativamente a uma coisa que disse: tem a ver com o facto de nós não termos conhecimentos técnicos para opinar sobre determinadas matérias, é um facto, é evidente que é um facto mas

isso não nos impede de opinar, só faltava essa, se nós aqui em sede de executivo só opinássemos e só decidíssemos quando temos conhecimentos técnicos profundos sobre as matérias que estamos a decidir então nunca mais decidíamos coisa nenhuma, porque obviamente seja em transportes escolares, seja em obras de construção, seja em ordenamento do território, seja noutras matérias quaisquer nós obviamente não temos conhecimentos profundos. Nós temos é que tomar uma decisão que é acertada em função da informação que temos disponível. Isto quer dizer é que nós temos que ter cuidado em relação às chapas da Praça da Cidade ou à caleira do edifício das Antigas Finanças ou em relação à Urbanização de S. Marcos e toda a envolvente legal ou como o Parque das Merendas ou outra coisa qualquer, portanto tecnicamente nós devemos fazer as chamadas de atenção sendo certo que poderemos não estar tecnicamente habilitados para o fazer. Eu por acaso em função dos dez dias que o Senhor Vereador disse, não interessa o tempo que andou lá a empresa a intervir no muro, eu tive curiosidade em dar por lá uma volta e efetivamente gostaria de perceber se aquela intervenção que foi feita nos salvaguarda, ponto. É só isso e mais nada e, portanto, esse relatório técnico é precisamente aquilo que lhe foi pedido no sentido de assegurar que alguma desinformação, alguma desconfiança que tenhamos em relação aos nossos conhecimentos seja salvaguardada. Deixemos de ser tontos, não é, porque se efetivamente aquilo que está seguro, o relatório técnico da Câmara garante que está seguro, nós temos que libertar a caução porque as pessoas têm o direito de receber o dinheiro, ponto. Agora se aquilo que não está em condições e se depois vai obrigar a uma intervenção profunda são os dinheiros públicos que vão ter que ser utilizados, esses tais dinheiros públicos que o Senhor Presidente fala ou é obra ou é dívida, por acaso acho que pode haver obra sem dívida e, enfim, vários municípios demonstram isso de uma forma inequívoca. Portanto, Senhor Presidente era só esta chamada de atenção. Senhor Presidente, foi o Senhor que gastou fortunas do erário público a publicitar uma redução substancial da dívida que não se vai verificar, mas o que interessa aqui é dizer o seguinte: eu percebi da sua intervenção que a sua intervenção poderia diminuir a capacidade, a vontade e a liberdade de intervenção de qualquer Vereador por não ter conhecimentos técnicos para opinar sobre determinada matéria. Eu nunca me vou sentir inibido de opinar seja sobre o que for, fazendo naturalmente a devida ressalva, mas atenção nós também sabemos que muitas vezes há pareceres técnicos que estão errados, eu não vou sequer referir isso, e há também Ministros que se demitem por causa de pontes que caem, portanto o que eu quero dizer com isto é que independentemente de nós termos ou não termos conhecimentos técnicos profundos, acho que devemos denunciar estas situações porque é o património público que está em causa e é também a nossa obrigação defende-lo obviamente. O Senhor Presidente disse: Senhor Vereador, isto hoje até é complicado porque eu estou uma vez mais de acordo consigo, veja bem. Eu vou procurar ficar esclarecido, naturalmente eu quando digo a questão técnica, nós somos um órgão iminentemente político, somos decisores políticos e gostamos de tomar decisões baseados em informações técnicas, agora nada nos coíbe de levantarmos as questões e dizer “na minha opinião nas Mangas é uma rotunda” mas podem vir os técnicos das Estradas de Portugal com

uma outra solução para reduzir a sinistralidade. Eu só fiz essa referência Senhor Vereador pelo seguinte e ainda voltando ao muro, o Senhor Vereador Manuel Alberto diz e bem, eu próprio também levantei isso na última reunião, e disse ele “aquilo não me parece ter ficado bem” e o Senhor Vereador Pedro Marques também deu a opinião, porque também não tem conhecimentos técnicos deu a opinião “eu acho que aquilo está bem”. Agora precisamos naturalmente que tecnicamente possamos estar confortáveis relativamente à decisão que tivermos que tomar, porque o libertar da caução solicitada pelo empreiteiro tem a ver numa altura destas de dificuldades na banca, do plafond bancário, libertando aquela pode meter lá outra porque os plafonds não esticam, portanto, passa o tempo e o empreiteiro pede isso e nós temos aqui que decidir isso estamos habilitados a tomar essa decisão. =====

===== ORDEM DO DIA (ARTº 87º) =====

===== DESPACHOS PROFERIDOS AO ABRIGO DAS COMPETÊNCIAS DELEGADAS E/OU SUBDELEGADAS: *Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro o Senhor Presidente e os Vereadores com competências delegadas e/ou subdelegadas, informaram a Câmara Municipal dos despachos proferidos no âmbito daquele instituto, no período compreendido entre os dias sete e vinte do corrente mês, despachos esses exarados nos documentos que integram os respetivos procedimentos administrativos e que constam das relações que ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== APROVAÇÃO DE ATAS: *O Senhor Presidente colocou à votação as atas número 1 e 2, as quais foram aprovadas por unanimidade. =====*

===== CULTURA, DESPORTO E TEMPOS-LIVRES =====

===== XIV CONCURSO DE POESIA AGOSTINHO GOMES - HOMOLOGAÇÃO DA ATA E ATRIBUIÇÃO DOS PRÉMIOS (I/84748/2013): *Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que os objetivos subjacentes a este concurso são a criação de estímulos à produção de originais de poesia e a homenagem ao poeta cucujanense Agostinho Gomes; - Que, de acordo com o regulamento da iniciativa, compete à Câmara Municipal a atribuição dos seguintes prémios: Prémio Geral - 1º lugar e Prémio Revelação Juvenil; - As deliberações tomadas pelo Júri do XIV Concurso de Poesia Agostinho Gomes constantes da ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: - A homologação da ata da Reunião do Júri e a atribuição do Prémio Geral-1º lugar, com o valor de 500€, e do Prémio Revelação Juvenil, com o valor de 125€.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== **ACADEMIA D'ARTES COM PASSOS – CEDÊNCIA DO CINE-TEATRO CARACAS (I/90881/2013)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o disposto no art.º 7º do Regulamento de Funcionamento, Segurança e Utilização do Cine-Teatro Caracas, e considerando: - Que o espaço se encontra disponível nas datas requisitadas; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer da iniciativa; - A importância que este evento representa para a entidade requisitante e para as pessoas envolvidas, proponho: A cedência do Cine-Teatro Caracas à Academia d'artes Com Passos, com isenção de taxa de locação, nos dias 10 e 11 de Janeiro de 2014.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ACÇÃO SOCIAL** =====

===== **RATIFICAÇÃO DE APOIOS ATRIBUÍDOS AO ABRIGO DO PROGRAMA METROPOLITANO DE EMERGÊNCIA SOCIAL (PMES) (I/90989/2013)**: Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo por referência a lista, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, referente aos apoios atribuídos no mês de Outubro de 2013, ao abrigo do Programa Metropolitano de Emergência Social, implementado neste Município através de Protocolo, datado de 01.07.2013, propõe-se: - A ratificação dos apoios atribuídos no mês de outubro de 2013, dando cumprimento ao disposto no n.º 3, do art.º 35º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o respetivo Regulamento de Funcionamento deste programa e deliberação de Câmara datada de 18.06.2013.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES – ESTRUTURAS DE PARCERIA (I/91245/2013)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que compete ao Presidente da Câmara Municipal representar o Município em juízo e fora dele - alínea a) do n.º 1, do art.º 35º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro; - Que nos termos do n.º 1 do art.º 36º, da referida Lei "O Presidente da Câmara Municipal é coadjuvado pelos Vereadores no exercício das suas funções", podendo incumbi-los de tarefas específicas"; - O estabelecido nos Diplomas e Protocolos das respetivas entidades, proponho: - Que seja designada como representante do Município, a Senhora Vereadora Dra Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal para as parcerias designadas nas alíneas a), b), c), d), e); a Chefe de Divisão Municipal de Ação Social Dra. Maria da Luz e Sá Pinto para a parceria designada na alínea f). Assim: a) na Rede Social de Oliveira de Azeméis (CLASOA e Núcleo Executivo), em conformidade com o art.º 6º do Regulamento Interno do Conselho Local de Ação Social deste Município e art.º 24º do DL n.º 115/2006, de 14 de Junho, sendo substituída, na falta ou impedimento, pela Dra. Maria da Luz e Sá Pinto; b) na Comissão Municipal para a Deficiência, nos termos do disposto no Protocolo da sua criação, em 03.12.2006, sendo

substituída, na falta ou impedimento, pela Dra. Maria da Luz e Sá Pinto; c) na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis, nos termos da alínea a) do art.º 17º da Lei 147/99 de 1 de setembro, sendo substituída, na falta ou impedimento, pela Dra. Gabriela Ribeiro da Conceição Ferreira; d) na Comissão Municipal para a Prevenção das Toxicodependências, nos termos do disposto no Protocolo da sua criação, em 25.06.2010, sendo substituída, na falta ou impedimento, pela Dra. Maria da Luz e Sá Pinto; e) no Conselho Municipal do Idoso, nos termos do disposto no Protocolo da sua criação, em 01.10.2010, sendo substituída, na falta ou impedimento, pela Dra. Maria da Luz e Sá Pinto; f) no Rendimento Social de Inserção/Núcleo Local de Inserção, em conformidade com o n.º 3 do art.º 33º da Lei n.º 13/2003 de 21 de maio, sendo substituída, na falta ou impedimento, pela Dra. Gabriela Ribeiro da Conceição Ferreira.” Após análise e votação por escrutínio secreto, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.=====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **CESSAÇÃO DA NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE FUNDO DE MANEIO – BIBLIOTECA MUNICIPAL FERREIRA DE CASTRO (I/90520/2013)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a informação interna I/86369/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho: a não reposição do fundo de maneio respetivo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE S. MARTINHO DA GÂNDARA – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (I/87556/2013)**: A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, datado de 08.11.2013, o qual se passa a transcrever: “Considerando: - O teor do ofício de 7 de novembro do ano corrente da Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Martinho da Gândara (E/31554/2013), pelo qual solicita participação financeira para pagamento das obras de beneficiação e requalificação da zona envolvente à Igreja; - Que o mesmo foi objeto de parecer jurídico na mesma data, pelo qual se conclui: “... 3) A ser atribuído este subsídio, será à Fábrica da Igreja, dado que o conselho tem natureza meramente consultiva, não tendo competências para efetuar depósitos (art.º 2 e 14º n.º4 dos Estatutos. Sugere-se que seja reconhecido o interesse para o município do património em questão.”; - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações (art.º 2º do Anexo I - Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º75/2013 de 12 de setembro e Declaração de retificação n.º46-C/2013, de 1 de novembro); - Que compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras – Conforme Alínea o) do n.º1 do art.º 33º do anexo do diploma; - Pela

alínea u) do n.º 1 do mesmo artigo, compete ainda à Câmara Municipal: “Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, ...”; - Que se verifica interesse público municipal nas obras de beneficiação e requalificação da zona envolvente à Igreja de S. Martinho da Gândara dado os benefícios daí resultantes para a população, na melhoria das acessibilidades, condições de vida, ambientais e urbanísticas, - A situação excecional e urgente em não comprometer as obras e face às dificuldades financeiras invocadas, e dado que o ato ratificador/autorizador só ocorrerá em 21 de novembro do ano corrente, aquando da realização da reunião de Câmara Municipal; Pelo que face aos fundamentos e circunstâncias de urgência atrás mencionadas, por recurso e ao abrigo do disposto no n.º3 do art.º 35º do Anexo I, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; Determino - Que se proceda à atribuição de subsídio à Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de S. Martinho da Gândara, sendo de imediato pago o montante de € 7.500,00 (Sete mil e quinhentos euros), nos termos, fundamentos, disposições legais e fins atrás mencionados, designadamente considerar de interesse público municipal as obras de beneficiação e requalificação da zona envolvente à Igreja de S. Martinho da Gândara dados os benefícios daí resultantes para a população, na melhoria das acessibilidades, condições de vida, ambientais e urbanísticas, decorrendo destas circunstâncias a prioridade do pagamento antecipado, correspondendo o número de compromisso de fundo disponível 3822/2013, conforme estabelece a Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º127/2012, de 21 de junho; - Que se submeta o presente Despacho a ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal e convalidação dos atos praticados e respetiva atribuição, quer dos efeitos do pagamento, que entretanto vai ser processado/transferido, com efeitos reportados à data a que o mesmo respeita ou for praticado. Dê-se a devida publicidade ao presente Despacho, nos termos legais e à referida entidade.” ==

===== DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO =====

===== ALARGAMENTO DIÁRIO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “CEZAR CAFÉ” – APROVAÇÃO (I/91112/2013): *Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o artigo 13.º, n.º 1 do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais de Venda ao Público e de Prestação de Serviços, a Câmara Municipal poderá alargar os limites fixados no Regulamento referido; - O presente requerimento refere-se a um pedido de alargamento diário de horário de funcionamento, do estabelecimento denominado “Cezar Café” sito Praça da Liberdade, Nº 51 – Cesar, o qual tem como atividade principal de Café, para o dia 23/11/2013 até às 05.00 horas do dia seguinte. - O processo encontra-se instruído com a documentação exigida no artigo 13.º do Regulamento de Mapas de Horário. - Não existe qualquer tipo de denúncia relativamente a ruídos do referido estabelecimento. Pelo exposto, submeta-se a presente situação à Câmara*

Municipal para decisão do pedido supra-referido.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** =====

===== **REABILITAÇÃO URBANA PARA O CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS NO PERÍODO 2013/2028 – QUESTÕES DE BASE (I/84641/2013)**: Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “A reabilitação urbana é uma temática de crescente interesse para o ordenamento dos territórios, e para a revitalização de setores económicos. O interesse municipal em desenvolver ações nesta área de intervenção ficou defendido no objetivo 2.1.4 – determinar medidas de política de regeneração urbana, da Carta de Objetivos Gerais de Atuação e Desempenho dos Serviços Municipais para 2013 (I/50378/2013). Em resposta a esse objetivo os serviços municipais apresentam um documento com proposta de metodologia e ações específicas para implementação até 2028, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Trata-se de um documento que clarifica as principais questões relacionadas com a reabilitação urbana, e identifica a necessidade de estabelecimento de uma equipa multidisciplinar interna dedicada ao estudo e implementação de um conjunto de ações previamente delineadas: a) o Programa Reabilitar, que sucintamente se traduz num conjunto de incentivos; b) a delimitação das áreas de reabilitação urbana e a definição das respetivas operações de reabilitação urbana. Ao abrigo do dever das Autarquias Locais em promover a reabilitação urbana, como disposto no artigo 5º do DL 307/09, de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei 32/12, de 14 de agosto, proponho o seu debate e aprovação.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Arq. Filomena Farinhas, Chefe de Divisão Municipal de Planeamento e Projetos, para fazer uma breve apresentação sobre o tema: Reabilitar para quem? Reabilitar com quem? Reabilitar como? As três perguntas essenciais, para quem se propõe desenvolver ações de reabilitação urbana, quando direcionadas para todo o território de um concelho, numa ótica da sua valorização, adquirem uma dimensão que transcende as especificidades de uma qualquer área de reabilitação urbana delimitada nos termos e para os efeitos do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. Requer uma visão integrada dos domínios sociais, económicos e culturais dos vários aglomerados urbanos que compõem o concelho, e o reconhecimento de desafios que exigem um compromisso de todos. Administração, proprietários, inquilinos, projetistas, imobiliários, construtores, instituições financeiras, comerciantes, operadores de transportes, são todos chamados a intervir. Poderá esta intervenção se desenvolver com a mesma intensidade por todos os aglomerados urbanos do concelho? Cremos que não. Tal seria exigir um esforço desproporcionado a todos os intervenientes, sem garantias de sucesso na reconversão e requalificação das áreas mais críticas, por dispersão do investimento. Em pouco tempo o descrédito sobre a bondade do regime da reabilitação urbana instaurar-se-ia. Cabe ao Município explicitar de que modo pretende orientar as ações para a reabilitação urbana no

concelho, de forma clara e inequívoca. Esta premissa é essencial para a convergência de interesses, o estabelecimento de parcerias, a manutenção do interesse na reabilitação urbana, e da capacidade de atração de investimento ao longo do tempo. E o tempo é uma componente vital para o processo da reabilitação urbana. A reabilitação urbana processa-se em intervalos de décadas (menciona o normativo um mínimo de quinquénios), o que requer uma constância muito grande por parte da Administração. Manter a convergência de parceiros e de interesse na reabilitação urbana em períodos alargados de tempo carece de uma visão partilhada, de uma linha de atuação orientadora e balizadora das responsabilidades e domínios de intervenção de cada interveniente. O Plano Municipal para a Reabilitação Urbana pretende dar corpo a esse documento orientador, aglutinador e concertador dos interesses de todos os que almejam a reabilitação urbana no concelho de Oliveira de Azeméis, canalizando as forças e os recursos disponíveis numa direção comum de reabilitação. **A Reabilitação Urbana em Oliveira de Azeméis**

1- Gabinete Técnico Local da Bemposta (1992-1994) Durante a elaboração do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis, processo iniciado em 1991, foi identificado o interesse na recuperação do núcleo histórico da Bemposta, berço do concelho de Oliveira de Azeméis. Este interesse, e os apoios provenientes do programa PRAUD, possibilitaram a criação do Gabinete Técnico Local (GTL) da Bemposta em 1993, por despacho do Sr. Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território de 29 de Novembro de 1992, tendo desenvolvido trabalho até final de 1995, sob a coordenação do Arq. Pedro Viana Duarte. A delimitação da área de intervenção do GTL da Bemposta ficou plasmada na versão final do Plano Diretor Municipal, publicado em 1995 – PDM95, como UOPG a desenvolver – Plano de Salvaguarda da Bemposta – e simultaneamente com a classificação de “Espaços Naturais e Culturais”. No PDM95 a área delimitada para a UOPG é superior, em 29,8 ha, aos 40 ha inicialmente delimitados pelo GTL. No interior da área de intervenção do GTL foi desenvolvida uma zona especial de proteção (pedido de classificação ao IPPC de 24.05.1982), detentora de 17 ha. Da atividade desenvolvida pelo GTL da Bemposta ressalva-se o trabalho de reabilitação do edifício dos Paços do Concelho, Largo do Pelourinho, Largo da Malha, bem como um conjunto de projetos de execução de espaço público, para além das normas de recuperação do edificado particular aprovadas em reunião de câmara de 6 de junho de 1995.

2- Candidatura para constituição de dois GTL (2005) Em março de 2005 o município de Oliveira de Azeméis apresentou duas candidaturas para constituição de gabinetes técnicos locais para as áreas centrais das freguesias de Macieira de Sarnes e de Cucujães, áreas cuja valorização se encontrava comprometida, no primeiro caso pelo abandono a que estava votada, e no segundo pela pressão urbanística emergente. A intenção de concretização destes dois gabinetes não se concretizou face à resposta obtida do Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades em março de 2006: “Tendo em conta os encargos orçamentais nos próximos anos resultantes dos GTL aprovados em 2004 e que ainda não iniciaram atividade, bem como a necessidade de se proceder a uma profunda reflexão sobre os resultados do PRAUD/GTL no sentido da sua revisão para o ajustar às necessidades atuais, o

Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades decidiu, por despacho de 15.03.2006, não selecionar nenhuma das candidaturas de 2005 à constituição de novos GTL.”

3. Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana (2009-2013) As Parcerias para a Regeneração Urbana concretizaram-se, no concelho da Oliveira de Azeméis, através da candidatura apresentada para a Requalificação do Parque de La Salette, constituída por oito operações distintas, das quais 5 consistem em operações infraestruturais e 3 em operações imateriais. O investimento resulta da aprovação de uma candidatura pela Comissão de Coordenação do Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) ao abrigo do ON.2 - O novo Norte - Programa Operacional Regional do Norte 2007/2013 (QREN). Esta candidatura apresenta um total de investimento elegível de 5.029.296,00€, dos quais 4.023.436,80€ por proveniência do FEDER, e 1.005.860,20€ de contrapartida nacional. Foram três as linhas prioritárias e essenciais para operacionalizar o que se pretende para o parque. A primeira tem a ver com a qualificação do espaço público e valorização ambiental, a segunda diz respeito à coesão e desenvolvimento sociocultural e a última refere-se à dinamização da parceria local. Foram parceiros do Município a Escola Superior Aveiro Norte, a SOINCA, a Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis e o Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo.

4. Reabilitação Urbana do Centro da Cidade (2011) Já em período de vigência do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, os serviços técnicos da Câmara Municipal procederam à elaboração de um documento visando a determinação da necessidade de submeter o centro da cidade de Oliveira de Azeméis a uma operação de reabilitação urbana, documento que obteve aprovação da câmara municipal a 27 de setembro de 2011. A prévia proposta de delimitação de área a sujeitar a reabilitação urbana foi vertida para a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal, cuja publicação ocorreu a 6 de fevereiro de 2013.

5. PDM13 e a estratégia de salvaguardas patrimoniais (2013) A publicação da revisão do Plano Diretor Municipal, em fevereiro de 2013, PDM13, introduziu uma reforçada estratégia de desenvolvimento territorial onde se destaca a componente de contenção dos perímetros, reabilitação urbana, salvaguardas patrimoniais e identidade dos lugares. Determinação expressa do PDM13 (artigo 13º) é a implementação de instrumentos de reabilitação urbana para duas áreas centrais pré-definidas (áreas de salvaguarda dos núcleos urbanos de Oliveira de Azeméis e de Pinheiro da Bemposta) e a determinação de parâmetros urbanísticos específicos para fins de reabilitação de Quintas. Também a alteração da estrutura orgânica, através da publicação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais - Estrutura matricial e flexível, Despacho n.º 1580/2013, no Diário da República n.º 18, 2ª Série de 25 de janeiro de 2013, determina ser da responsabilidade da Equipa Multidisciplinar de Planeamento, Gestão Urbanística e Ambiente (EMPGUA) “promover, coordenar, acompanhar e colaborar na execução das opções constantes do Plano Diretor Municipal e promover a sua alteração e ou revisão sempre que assim determinado”. Na sequência desta determinação os serviços de planeamento e projetos apresentam o Plano Municipal para a Reabilitação Urbana.

Plano Municipal para a Reabilitação Urbana O Plano Municipal de Reabilitação Urbana,

tendo como horizonte Oliveira de Azeméis 2028, deverá ser entendido como um documento aberto, objeto de um processo de monitoração permanente que poderá conduzir à introdução de alterações nos instrumentos próprios das Áreas de Reabilitação Urbana, em face da evolução da situação em cada um dos aglomerados urbanos do concelho, em resultado da capacidade de concretização de cada uma das ações neles previstas. **Equipa Multidisciplinar** A reabilitação urbana abrange um alargado leque de ações que, para consistência de aplicação das mesmas, requer o estabelecimento de uma equipa multidisciplinar dedicada. Constituirão domínios de intervenção dessa equipa: - *Apreciação de operações urbanísticas nas áreas de reabilitação urbana em vigor, agilizando tempos de resposta para aumento da atratividade do investimento;* - *Procedimento de avaliação dos imóveis para efeitos de benefícios fiscais;* - *Elaboração de projetos e acompanhamento das obras;* - *Identificação dos dados cadastrais das áreas de reabilitação urbana;* - *Apoio a privados na obtenção e formalização de candidaturas para financiamentos externos;* - *Elaboração do regulamento do Programa Reabilitar;* - *Gestão do Programa Reabilitar;* - *Propor a delimitação de áreas de reabilitação urbana e respetivas operações de reabilitação urbana;* - *Definição dos conteúdos para o Plano de Comunicação e Sensibilização.* A constituição mínima da equipa multidisciplinar compreende técnicos com formação nas áreas de arquitetura, engenharia civil, direito, ordenamento do território, ação social. Para rentabilização do corpo técnico municipal, propõe-se que a constituição da equipa multidisciplinar para este fim seja efetuada por nomeação do Sr. Presidente da Câmara, contendo um núcleo duro composto por elementos selecionados da EMPGUA, em funções a tempo inteiro, e por elementos de outros serviços municipais em colaboração um dia por semana. **Programa Reabilitar** O Programa Reabilitar reúne o conjunto de incentivos que o município de Oliveira de Azeméis se dispõe a implementar para a reabilitação urbana no concelho. Este programa tem como abrangência territorial toda a superfície concelhia, ainda que algumas das suas medidas possam ter um âmbito de aplicação restrito às áreas de reabilitação urbana determinadas e aprovadas nos termos do RJRU. Os termos em que o programa se desenvolverá terão de ser cuidadosamente analisados pela equipa multidisciplinar acima referida, e transposto para regulamento municipal a elaborar para o efeito. Este ponto afigura-se nos de maior importância para garantia da estabilidade das normas de aplicação dos incentivos ao longo do tempo. O impacto das medidas constantes do Programa Reabilitar será avaliado anualmente, em relatório a apresentar à Câmara Municipal no final de cada ano, em paralelo à atividade obrigatória de monitorização das operações de reabilitação urbana aprovadas e em vigor. Propõe-se que o Programa Reabilitar contemple, no mínimo, as seguintes ações: **Bolsa de fogos volantes** A bolsa de fogos volantes é uma necessidade para operacionalização de ações de reabilitação urbana. Sempre que um imóvel seja objeto de obras, existe a necessidade de acautelar uma ocupação temporária dos seus usufruidores (residentes, comerciantes). Esta ação concilia: a) A oportunidade de rentabilização temporária de propriedades privadas desocupadas e/ou devolutas, através de arrendamento com rendas controladas; b) A minimização dos encargos de quem pretende promover obras de reabilitação,

através de oferta de arrendamento com rendas controladas de imóveis nas imediações do local original; c) Estimulo às obras de reabilitação e permanência da população na envolvente do imóvel a reabilitar. A bolsa de fogos volantes será constituída pelos imóveis públicos e privados desocupados e/ou devolutos que reúnam condições razoáveis de habitabilidade temporária, aferidas por prévia vistoria da equipa multidisciplinar para a reabilitação urbana. Pese embora esta medida possa ser alargada a todo o concelho, entende-se que a sua aplicação no primeiro quinquénio seja reservada às áreas de reabilitação urbana que venham a ser publicadas. **Bolsa de parceiros** As ações de reabilitação urbana implicam a ação concertada de várias entidades, especialmente os agentes económicos relacionados com o sector da construção civil. A bolsa de parceiros consiste num serviço de divulgação de agentes que o município proporcionará ao proprietário e/ou investidor interessado na reabilitação de um qualquer imóvel, abrangendo os principais intervenientes em cada fase do processo: - **Projectistas** Aceitação de disponibilização de contactos de equipas projetistas em página municipal a criar no âmbito do Programa de Comunicação e Sensibilização, mediante o pagamento de uma anuidade. Os termos de inscrição e valores da anuidade terão de ser aferidos no regulamento do Programa Reabilitar, podendo variar em função da quantidade de informação que se pretenda publicitar (ex.: link para a página oficial do gabinete, descrição do gabinete e contactos, fotografias de projetos já reabilitados...) e da sede do gabinete (descriminando positivamente os gabinetes locais). - **Empreiteiros** Aceitação de disponibilização de contactos de empresas de construção civil em página municipal a criar no âmbito do Programa de Comunicação e Sensibilização, mediante o pagamento de uma anuidade. Os termos de inscrição e valores da anuidade terão de ser aferidos no regulamento do Programa Reabilitar, podendo variar em função da quantidade de informação que se pretenda publicitar (ex.: link para a página oficial do gabinete, descrição do gabinete e contactos, fotografias de projetos já reabilitados...) e da sede do gabinete (descriminando positivamente as empresas locais). - **Fornecedores** Os fornecedores de materiais (de construção e de equipamentos) constituem uma peça chave nas ações de reabilitação urbana, e em particular na dinamização da economia local. Para o efeito propõe-se que o acesso e publicitação dos fornecedores em página municipal a criar no âmbito do Programa de Comunicação e Sensibilização seja gratuito, mas condicionado à adesão de obrigação de aplicação de descontos (que deverão ser previamente tabelados) aos beneficiários / promotores de ações de reabilitação urbana aprovadas no município de Oliveira de Azeméis. A manutenção da publicitação dos fornecedores na página municipal dependerá das evidências apresentadas do cumprimento das obrigações de adesão à bolsa de parceiros. **Acesso ao centro** A ação “acesso ao centro” será promovida nas áreas de reabilitação urbana aprovadas, e incide em intervenções municipais, por exclusiva intervenção municipal ou em parceria com eventuais interessados, na promoção das condições de acessibilidade nas áreas que se pretendem reabilitar. Considerando as várias vertentes da acessibilidade, “acesso ao centro” incidirá: - na requalificação do espaço público, adotando soluções projectuais em cumprimento das normas de acessibilidade para todos; - na reabilitação de equipamentos ou conversão de

espaços edificados com utilização coletiva, promovendo sempre o cumprimento das normas de acessibilidade para todos; - no estudo e propostas de circulação rodoviária e de oferta de estacionamento nas áreas de reabilitação urbana aprovadas; - na oferta de serviço wireless, preferencialmente em toda a extensão da área de reabilitação urbana aprovada, ou no mínimo, nos espaços públicos de estadia mais centrais e nos equipamentos de utilização coletiva abrangidos pela delimitação da área de reabilitação urbana aprovada. **Apoio a particulares** Consequência da constituição da equipa multidisciplinar para a reabilitação urbana, e em função das suas atribuições específicas, considera-se desejável que os serviços municipais contribuam com a disponibilização dos seguintes serviços: - procedimento de avaliação dos imóveis para efeitos de benefícios fiscais; - elaboração e/ou acompanhamento de projetos de reabilitação de edifícios para famílias/proprietários carenciados, ou equipamentos de utilização coletiva; - apoio na obtenção e formalização de candidaturas para financiamentos externos.

Incentivos fiscais e financeiros O quadro legal em vigor enquadra e regulamenta um conjunto de benefícios fiscais que poderão ser complementados com outras opções municipais. **Áreas de reabilitação urbana** Tendo em consideração o documento de estratégia municipal para o ordenamento do concelho, o PDM13, as áreas de intervenção prioritária para reabilitação urbana são os núcleos urbanos de Oliveira de Azeméis e de Pinheiro da Bemposta, patentes na Planta de Salvaguardas Patrimoniais. **ARU de Oliveira de Azeméis** Para a Área de Reabilitação Urbana de Oliveira de Azeméis recomenda-se uma operação de reabilitação urbana sistemática, por instrumento próprio, na sequência de todo o trabalho já realizado e aprovado, e em consonância com as ações previstas para a UOPG 1 – Cidade de Oliveira de Azeméis. **ARU de Pinheiro da Bemposta** Para a Área de Reabilitação Urbana de Pinheiro da Bemposta recomenda-se, numa primeira fase, uma operação de reabilitação urbana simples. Esta ORU deverá ser complementada com intervenções de qualificação do espaço público, recuperando, por exemplo, o trabalho desenvolvido pelo GTL. **Outras hipóteses de trabalho** Existem no concelho mais áreas que seriam igualmente merecedoras de tratamento diferenciado em termos de reabilitação urbana, entre elas a que configurou a candidatura do GTL para Macieira de Sarnes. Deverá a Equipa Multidisciplinar, face ao acompanhamento e avaliação da implementação das ARU para Oliveira de Azeméis e Pinheiro da Bemposta, equacionar a pertinência de delimitação e novas áreas de reabilitação urbana. **Conclusão:** Este documento visa a determinação da política municipal no contexto da reabilitação urbana para o concelho de Oliveira de Azeméis, para os próximos 15 anos. Pelos argumentos expostos existe a necessidade de determinação de uma Equipa Multidisciplinar que, de forma consistente e ininterrupta, possa desenvolver um conjunto de ações de incentivo e apoio à reabilitação urbana. Existe ainda, em consonância com o principal documento estratégico para o concelho, o Plano Diretor Municipal publicado em Fevereiro de 2013, a clara identificação das duas principais áreas merecedoras de operações de reabilitação urbana que urge promover: o centro da Cidade de Oliveira de Azeméis, e os dois polos centrais da freguesia de Pinheiro da Bemposta. As propostas que se apresentaram constituem uma base de atuação que, nos termos

do regime jurídico para a reabilitação urbana, carecem de monitorização anual e avaliação de 5 em 5 anos. Consideramos que só com um documento que explicita qual a orientação municipal para os próximos 15 anos se poderá introduzir constância e transparência a um processo que diz respeito a todos, urge ser encetado mas cujos resultados só se poderão observar a médio ou longo prazo. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Não percebi qual vai ser a opção, falou que poderia se optar por um de dois tipos de reabilitação: uma que era uma reabilitação simplificada, onde é uma intervenção direta só no edificado; e a outra, que seria a reabilitação do edificado e à envolvente do espaço público. Não percebi qual vai ser a opção. A Arq. Filomena Farinhas esclareceu: numa primeira fase iríamos fazer uma operação de reabilitação urbana simples, só vocacionada para o edificado e assim que a zona da cidade estivesse mais estabilizada então poderíamos redefinir a ORU (Operação de Reabilitação Urbana) de Pinheiro da Bemposta e intervir. Devo dizer também que nas competências municipais de gestão do espaço público nós não precisamos de estar dentro de uma operação de reabilitação urbana sistemática para fazer intervenções no espaço público em Pinheiro da Bemposta. A Vereadora Dra. Ana de Jesus questionou: quando estamos a falar em reabilitar, estamos a falar em pegar no edifício e reconstruí-lo ou, eventualmente, demoli-lo e pensar numa nova realidade de construção, para aquele espaço? A Arq. Filomena Farinhas esclareceu: Nos dois casos, a lei admite as duas situações. A lei admite que possam haver zonas que estejam muito degradadas e precisam de conversão, vou-lhe dar o caso mais simples: imaginemos zonas portuárias, que de repente essas cidades deixaram de ter qualquer utilidade, ou antigas fábricas que de grandes expansões e que deixaram de as ter, mas a lei está feita para abarcar todas estas situações e, portanto, é possível que sejam demolidas determinadas construções e sejam feitas reabilitações com novas. Também é possível podermos apenas recuperar as novas e alterar-lhes os usos. O edifício fica intacto, fica recuperado, mas deixa de ser habitação e passa ser equipamento, ou passa a ser comércio, ou passa a ser outra coisa qualquer. A reabilitação admite todo este tipo de operações. O que pode não admitir é o instrumento municipal que está a regular aquela área e por isso é que eu comecei a apresentação com a questão dos objetivos: para quem é que se quer fazer, como é que se quer fazer e com quem. Imagine que eu quero reabilitar uma zona que é para transformá-la num polo de negócios ou uma coisa desse género. De certeza que, o meu layout, as minhas necessidades de infraestruturas, a minha qualificação de espaço público é completamente diferente se eu quisesse reabilitar para manter a habitação e os residentes naquele sítio. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Senhor Presidente, eu pego aqui nas palavras precisamente da Senhora Arquiteta Filomena Farinhas, isto é efetivamente um processo muito longo. O processo da regeneração urbana é um processo de investimento permanente e, sendo um processo tão longo, por isso é que muitos municípios já há muitos anos atrás puseram pés ao caminho e hoje, efetivamente, por causa dessa visão estratégica são municípios altamente competitivos, são municípios onde a qualidade urbana é evidente e são destinos preferenciais dos nossos turistas e também obviamente dos Portugueses.

Isto é tudo muito interessante, é um projeto interessantíssimo, mas isto depende fundamentalmente de uma coisa: vontade política. Nós já falamos aqui várias vezes nessa tal vontade política que normalmente não se traduz em coisa nenhuma exceto num discurso meramente para agradar e para captar votos. O que eu quero dizer com isto, é o seguinte: Nós temos que, por um lado, ter interiorizado que queremos, que é uma vontade, que temos essa determinação em apostar na regeneração urbana do nosso concelho identificando estas duas áreas, mas há muitas outras como a Senhora Arquiteta já disse, eu lembro só que mesmo no próprio Pinheiro da Bemposta existem outras áreas que podiam ser definidas como áreas de reabilitação urbana, a própria freguesia de Cucujães tem essa possibilidade. Eu lembro-me se nós tivéssemos tido essa precaução em relação, por exemplo, ao Centro Vidreiro ou á Fábrica de Papel do Caima, isto seria património público e ainda hoje estaria ao serviço do concelho e não teria praticamente desaparecido ou passado para as mãos de privados. Isto é muito importante que nós tenhamos esta preocupação, efetivamente nestes dois casos que elencou são dois casos paradigmáticos, são dois casos onde efetivamente a atenção do município se reduz a zero. Nós, eu sou do tempo do executivo, está a ver Senhor Presidente tenho uma longa experiência no basquete e também no executivo, em que o Gabinete Técnico do Pinheiro da Bemposta desenvolveu um trabalho com os meios que disponha na altura altamente meritório, na minha opinião. Volvidos vinte anos, o resultado desse trabalho é zero, exceto um conjunto de atentados urbanísticos que foram feitos, um deles até muito recentemente, um licenciamento absolutamente vergonhoso que foi concedido naquela zona e que fica como ónus de responsabilidade deste executivo, inclusive, como sabe, foi candidato nas listas do PSD o proprietário, o responsável por esse licenciamento. Não quer dizer que haja aqui alguma conivência política, é uma constatação de um facto, de um atentado urbanístico, que foi feito numa zona que devia ser claramente protegida. Em termos desta Área Central o que nós fizemos foi uma coisa muito simples: nós fizemos uma rua pedonal e vamos falar de factualidade como o Senhor gosta de dizer. Temos aqui uma rua pedonal, que é a zona histórica por excelência deste ORU que estamos aqui a promover e veja-se o que se passou desde esta intervenção que foi feita nesta zona histórica com uma intervenção numa área pedonal que nunca foi muito pacífica, as leituras são diversas como é óbvio, mas o que interessa aqui é que nós temos uma Casa Sequeira Monterroso da propriedade do município que não teve qualquer requalificação e regeneração urbana desde que se afetaram lá um conjunto de recursos públicos e tem estado ali num completo abandono; temos o edifício das antigas Finanças que todos se lembram da imagem degradante que demos com uma caleira que esteve durante meses ali pendurada e com uma proteção arcaica que foi ali feita à delimitação daquela área; temos aqui em frente este “mamarracho”, que é uma intervenção de um particular. Tudo isto são atentados, uns deles protagonizados pelo município e outros deles permitidos pelo município, portanto digamos que esta decisão da reabilitação urbana, da regeneração urbana é sobretudo uma questão técnica, obviamente é uma questão técnica, claro que respeitamos este trabalho, este trabalho importantíssimo como é óbvio, mas é sobretudo uma questão de vontade política. Senhora Arq. e

caros colegas se efetivamente nós apadrinharmos, e acho que devemos fazê-lo, estas duas áreas de reabilitação urbana, mas se não tivermos a coragem de traduzir em sede de orçamento os meios que são fundamentais para promover esta regeneração urbana, Senhora Arq. nós vamos ter uma terceira via em relação a estas duas que aqui falou, ou seja, que é a via de coisa nenhuma e essa é que nós devemos evitar. Porquê? Porque é evidente que este é um fator de competitividade para o município, todos nós sabemos isso e não temos a menor dúvida que a regeneração urbana é fundamental para a competitividade do município. É evidente que também devemos começar a refletir sobre estes incentivos que aqui foram referidos pela Senhora Arq. alguns deles digamos da responsabilidade do município, por exemplo a redução das taxas administrativas nos processos de licenciamento destas reabilitações e, portanto, começar a discutir o que é que nós podemos desde já oferecer. Quer tenhamos área de reabilitação urbana, quer não tenhamos, o executivo pode ter essa vontade e pode decidir já a isentar em 50% as taxas administrativas de alguém que nestas áreas decide requalificar ou edificar e podemos também isentar durante alguns anos, como muitos municípios fazem, o IMI também de prédios localizados, prédio localizados reabilitados, obviamente, também nestas zonas. Portanto, este trajeto é um trajeto que nós temos que começar a fazer, mas temos que começar a fazer com muita, muita determinação. Porquê Senhora Arq.? Porque efetivamente isto é um processo tremendamente longo e por isso é que eu julgo que apontamos para 2028, não sei se estou enganado, é para 2028 e, portanto, repare o que eu quero dizer com isto é que os erros que se venham a cometer hoje vão ter repercussões, vão ter traduções muito drásticas, muito dramáticas, aliás como se sente um pouco já na falta de atratividade que temos aqui na área central da cidade no futuro. E vão ter por uma razão muito simples: por ausência de iniciativa para fazermos corajosamente aquilo que nos está a propor, aquilo e mais alguma coisa para além disso que venhamos a entender como conveniente a fazê-lo, até em relação ao Parque de La-Salette, por exemplo como é óbvio, e por outro lado termos também a coragem de tomar as decisões certas neste momento para que elas não tenham repercussões no futuro dramáticas também. Porquê? Porque erros que se tomem agora, erros por ausência de decisão ou erros por decisão errada depois vão ser muito difíceis de corrigir porque efetivamente, quanto mais não seja, mesmo que venham a ter possibilidades de correção, traduzem-se quase sempre numa enorme perda de tempo. Está de parabéns obviamente os técnicos e naturalmente o Executivo que teve a coragem de avançar com esta regeneração urbana embora tardiamente, mas não nos limitemos a transformar este documento num documento que vai ficar esquecido nos gabinetes. Este documento é um documento estratégico fundamental, é um documento muito importante para a afirmação da competitividade do município que não se faz só sob o ponto de vista do desenvolvimento económico, faz-se também sob o ponto de vista daquilo que é a proteção e a salvaguarda do nosso património e a sua valorização. Portanto, eu espero nos próximos tempos ter a acompanhar este processo um conjunto de reflexões aqui feitas em sede de executivo no sentido de nós podermos afetar recursos financeiros e o Senhor Presidente sabe que é verdade, não o temos feito, no último mandato não o fizemos, fomos completamente omissos. Vou dizer

que a última grande obra que me lembro em termos de recuperação do nosso património, do nosso edificado, foi o Arquivo Municipal, não me lembro de nenhuma mais recentemente, mas não estou a dizer que não haja outras eventualmente. Há a Soares de Basto, poderá haver mais uma outra, mas de vulto de grande dimensão foi essa. Nós temos um património felizmente rico e temos que cuidar dele porque senão ninguém vem cuidar dele. Eu terminava só pedindo à Senhora Arq., eu percebi que já tinham aí preparados dois documentos em relação a estas ARU's, se nos pudessem disponibilizar esses documentos eu pelo menos teria alguma curiosidade em poder lê-los e poder perceber a dimensão do trabalho que foi feito. Muito obrigado, Senhor Presidente. O Senhor Presidente usou da palavra para dizer: Só dar dois rápidos esclarecimentos que têm a ver com o seguinte: o Vereador Joaquim Jorge fez referência ao Gabinete Técnico do Pinheiro da Bemposta, que não se tinha feito nada, Senhor Vereador não é justo dizer-se isso, basta passar na zona histórica do Pinheiro da Bemposta e perceber a intervenção que ali foi feita, a recuperação que ali foi feita. O Senhor pode não ter querido dizer isso, mas disse que o Gabinete Técnico existiu mas não se fez nada. O Gabinete Técnico não teve a possibilidade de continuar, ainda me lembro bem de toda essa discussão mas o trabalho foi feito, a intervenção foi feita. Era só para ficar essa questão. Quanto à questão desse "mamarracho" que o Senhor falou aí em frente é de um privado, nós temos que naturalmente acionar junto do privado para que ele resolva essa situação que isso não agrada a ninguém, mas Senhor Vereador o Senhor também pode no exercício das suas funções fazer o que eu faço, eu já falei com o privado três ou quatro vezes para que ele arranje uma solução para isso e o Senhor também pode ajudar, também dizer assim "Senhor Prof. veja lá se resolve esta situação", ajuda um bocadinho nisso. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares, que disse: só para complementar, claro que o diagnóstico seja de que forma for expresso foi feito e foi devido a esse diagnóstico que nós há uns oito meses a esta parte temos andado a alinhar um programa estratégico que no fundo está aqui definido. É importante não só para o seio dos serviços municipais mas para qualquer ação de financiamento que nós município ou eventualmente privados que queiram aderir a um novo programa de financiamento comunitário, que a partir do próximo ano vai começar a existir, tem de ter um documento de suporte, um documento base que será este e também sensibilizar todos os decisores políticos para questões que vão ter que ser definidas ou concretizadas um bocadinho mais à frente, que é a questão dos incentivos fiscais, a questão eventualmente de procedimentos para parcerias que podem de alguma forma ajudar na economia local conforme foi aqui referido e que são importantes, têm que ser desenvolvidos por nós e que têm que ser aprovados aqui em reunião de Câmara. Portanto, há aqui uma série de questões que vão ser longas e de decisões relevantes que todos nós aqui vamos ter e que estão aqui expressas neste programa que é um programa estratégico sobretudo, que há-de ser concretizado numa série de propostas futuras que têm que vir aqui a reunião de câmara. Eu penso que o objetivo deste hoje foi sensibilizar toda a gente para decisões que vamos ter que tomar no futuro, que vão ter repercussões, não há dúvidas nenhuma, nos orçamentos municipais, mas que para nós são

prioritárias. Queremos apoiar esta reabilitação, claro que no passado existiram cidades ou concelhos designadamente as capitais de distrito que foram bafejadas em termos de financiamentos pelos programas polis que os ajudaram a recuperar em muitas zonas desagradadas, nós não somos capital de distrito não tivemos esses benefícios. Existe atualmente o programa Jéssica para a recuperação também de determinadas áreas e não tem havido grande adesão dos particulares a este programa, ele continua e vai-se continuar a manter apesar de ser um programa nacional. Nós queremos também em termos municipais começar a desenvolver uma estratégia de incentivos, mas bem suportada, mas regenerar todos os espaços que carecem de melhorias, a melhoria do espaço público e também incentivar à melhoria das habitações que carecem de alguma beneficiação. Este é o início de um procedimento, claro que é importante o apoio de todos nós em termos de ideias, de propostas, para nos ajudar a criar ações os mais consensuais possíveis para benefício desta reabilitação no nosso concelho com prioridade nestas duas ARU's, Zona Histórica do Pinheiro da Bemposta e Zona Histórica de Oliveira de Azeméis. O Senhor Presidente disse: Finda esta discussão e com a necessidade demais evidente de ter que ser acompanhada, para além dos recursos financeiros necessários, de vontade política, mas isso julgo que ficou bem patente à volta desta mesa e não só desta mesa, temos de ser agora capazes de sensibilizar os próprios proprietários e os agentes económicos, dando-lhes outros argumentos. Brevemente vamos ter boas notícias no que diz respeito à Casa Sequeira Monterroso, espero eu também, mas não vou falar antes do tempo, mas espero que sim. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **APROVAÇÃO DE ALINHAMENTO E RECUO A SALVAGUARDAR PARA A AV. BENTO CARQUEJA – PALMAZ, AO ABRIGO DO N.º 2 DO ARTIGO 26.º DO REGULAMENTO DO PDM13 (I/86584/2013):** Pelo Senhor Presidente Dr. Hermínio Loureiro, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a implementação do PDM13, nomeadamente no que concerne às orientações municipais para estabelecimento de alinhamentos e recuos da edificação; - o estudo desenvolvido pela Divisão Municipal de Planeamento e Projetos para a Av. Bento Carqueja constante no I/85713/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ao abrigo das disposições do artigo 26º do regulamento do PDM13, proponho a aprovação do estudo de alinhamento e recuo a salvar em causa, face às atribuições municipais conferidas pelas disposições conjugadas e constantes no artigo 7º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, na sua atual redação, e no n.º 2 do artigo 26º do regulamento do PDM13.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **ELABORAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE UL (I/91022/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea g) do n.º 3 do artigo 51º do regulamento do PDM13; - o trabalho

desenvolvimento para estabelecimento dos requisitos mínimos necessários para se iniciar formalmente a elaboração do Plano de Urbanização de Ul, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - o decurso de uma candidatura aprovada pela ADRITEM no âmbito das "Aldeias de Portugal"; - que o n.º 9 do artigo 77º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial determina que são obrigatoriamente públicas todas as reuniões da câmara municipal e da assembleia municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer categoria de instrumento de planeamento territorial. Proponho a aprovação dos termos de referência e do relatório de fatores críticos apresentados, ao abrigo das competências estatuídas no artigo 74º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." No uso da palavra o Senhor Presidente disse: nós estamos a iniciar o procedimento para o Plano de Urbanização de Ul na sequência dos investimentos e das decisões que foram feitas relativamente à freguesia de Ul, ao território de Ul, classificado como "Aldeia de Portugal", e portanto também a necessidade de elaborarmos este plano de urbanização. Estamos a iniciar esse mesmo procedimento. Seguidamente usou da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto para dizer que sobre esta questão em concreto, sobre os aspetos técnicos da questão, de facto não estou habilitado e reconheço aqui as minhas limitações profundas nesta matéria, mas queria só aqui referenciar um aspeto que na última reunião nós abordamos, foi um protocolo com a Universidade Nova de Lisboa, relativamente a colaboração com os Crastos. Entretanto, eu tive o cuidado e vou fazer esta referência, enfim, porque acho que é uma referência justa até porque foi inaugurada a exposição do Crasto de Ul, ou Castro de Ul, é mais correto Castro segundo os técnicos, pois o termo "Crasto" é um termo usado numa linguagem popular, o termo "Castro" é o termo correto segundo eles dizem, mas eu não vou também entrar nesta polémica. A verdade é que nós temos no nosso concelho, felizmente, alguns arqueólogos, particularmente uma arqueóloga, que é a Sara Almeida, que tem tido um trabalho de facto e aquela exposição obviamente é fruto da tese de mestrado dela e que toda a gente conhece de referência, mas que tem tido um papel atívisimo relativamente a estudos de arqueologia naquele local. E, eu levantei a questão do protocolo com a Universidade Nova de Lisboa, na altura porque achava um pouco estranho e procurei saber, de facto, relativamente à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, se havia algum protocolo de colaboração sobre esta matéria específica, que é o acompanhamento de trabalhos, portanto de forma protocolada com esta instituição de ensino superior. De facto, o que ela me referiu foi que não e que achava estranho que, portanto é opinião naturalmente da Sara que eu respeito, achava estranho que nós não tivéssemos abordado a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, porque a Senhora Vereador Gracinda Leal na altura referiu que foi o próprio município que se dirigiu à Universidade Nova de Lisboa, aliás está referenciado em ata e que não fosse feito esse convite para que o acompanhamento fosse feito pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. A tese de mestrado dela foi acompanhada por um professor que é da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e achava estranho. O que eu achava importante e sem querer desviar a conversa naturalmente para esse tema, é que isto fosse

abordado, se for possível naturalmente, abordado no sentido formal, de se fazer estabelecer também um protocolo com a Universidade do Porto, com a Faculdade de Letras, no sentido de poderem usufruir, penso que isto não colide com qualquer outra ideia que se tem, que é de valorizar o nosso património, ter oportunidade de ter técnicos habilitados a fazer esse estudo e particularmente técnicos que neste caso são Oliveirenses. Eu não estou a dizer que seja a Sara, mas acho que é uma pena de facto que Sara Almeida sendo uma especialista nesta matéria, que tem trabalho feito e reconhecido com tese de mestrado que foi entregue, que foi validada e bem reconhecida, não tenha aqui um papel ativo na história, neste caso no estudo da história do Castro de Ul. E portanto, aquilo que eu gostaria de saber era se é possível, embora isto está integrado de uma forma lateral, mas acho que era importante nós termos uma estratégia e uma estratégia não estou a dizer a exclusão da Universidade Nova de Lisboa nem sequer está em causa isso não conheço o trabalho que têm. O que me diz, de facto, quem percebe deste assunto: é que era importante que houvesse esta ligação a uma Universidade que tem acompanhado estes trabalhos. É só, Senhor Presidente. Pelo Senhor Presidente foi dito: Eu também tenho que responder alguma coisa sobre isto, mas a Senhora Vereadora também pode responder. Deixe-me só dar aqui uma nota Senhor Vereador Manuel Alberto, só para o Senhor ter também conhecimento, hoje as universidades, todas elas, estão no mercado e todas as Câmaras Municipais e todas as associações são potenciais clientes e todas as Universidades têm nos seus ex-alunos e nos seus atuais professores embaixadores comerciais. Todos querem fazer trabalho, todos estão disponíveis para isto para aquilo e portanto aqui, naturalmente, cada um puxa a brasa à sua sardinha, reconhecendo eu o mérito extraordinário à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, como à Nova, como a outras universidades, como a muitas outras. Eu recebo diariamente propostas de universidades para fazer estudos, então na área ali da Arquiteta Filomena, é uma coisa impressionante. E também já agora só para ficar e se teve essa conversa com essa arqueóloga oliveirense, eu não sei se ela lhe disse mas o Município de Oliveira Azeméis, o Senhor disse que ela fez uma tese e foi aprovada, o Município de Oliveira de Azeméis acompanhou sempre isso, deu-lhe um estágio profissional na Câmara Municipal e deu-lhe mais: vai-lhe editar a tese. A tese vai ser editada e vai ser paga pela Câmara para que todos os oliveirenses tenham conhecimento. O Senhor falou que ela lhe tinha dito que fez um trabalho extraordinário, ela fez, reconhecido e nós vamos-lhe pagar a publicação dessa tese. É só para o informar. O Vereador Dr. Manuel Alberto disse: Eu percebo, o Senhor Presidente e vou-lhe dizer isto e o Senhor vai ficar aborrecido comigo, não entenda isto como qualquer crítica à ação do Município. O Senhor Presidente interrompeu a intervenção e disse: Senhor Vereador desculpe lá interrompe-lo, mas eu tenho que o interromper. O senhor Vereador disse, veja se me acompanha neste raciocínio, que devemos e temos, a senhora vereadora tem feito isso e ela vai também lhe dar nota disso, essa arqueóloga como outras arqueólogas e outros arqueólogos de Oliveira de Azeméis naturalmente que no exercício das suas funções e isto acontece com cada um de nós, gosta de trabalhar na nossa terra, naquilo que nos diz respeito, naquilo que nós estamos apaixonados e ela é um bom exemplo disso. Eu só lhe dei a informação porque o

Senhor Vereador disse que ela tinha feito uma tese, tinha sido aprovada com distinção. Nós acompanhamos isso tudo até lhe demos um estágio e reconhecemos tanto mérito que, eu só estou a dar uma informação o Senhor Vereador não interprete isto também mal, lhe vamos publicar a tese, ou seja, a tese vai ser publicada em livro, que ela vai poder distribuir a toda a gente. É só isso. Usando novamente da palavra o Vereador Dr. Manuel Alberto disse que só queria também fazer uma referência à intervenção que Senhor Presidente fez. O senhor Presidente, não entenda isto de facto mal, porque o importante mesmo é o trabalho de investigação que feito e que poderá ser feito no futuro, por técnicos habilitados, neste caso, oliveirenses que podem de facto fazer um trabalho meritório e que tem um impacto forte, por exemplo, na valorização do nosso património. Sobre a tese em concreto e a publicação, eu acho que o Município de facto se não fizesse isso acho que seria era vergonhoso. Agora, isso é meritório, obviamente. Agora o importante é trabalho de investigação científica que está por detrás da tese e por detrás de tudo e que pode ser útil no futuro. No uso da palavra a Vereadora Dra. Gracinda Leal referiu o seguinte: O setor quer do Património, quer da Arqueologia tenta dentro das suas possibilidades com os recursos que têm angariar outras colaborações e neste caso, temos vários protocolos com várias universidades, não só do Porto, como de Aveiro, Coimbra e agora também a de Lisboa. E o que é que nós selecionamos? Selecionamos aquelas que nos dão melhores condições. Este protocolo que trouxemos aqui há dias dá-nos a possibilidade de os estagiários desses cursos da Universidade Nova de Lisboa poderem vir fazer no Município trabalho que não é remunerado, portanto, é uma condição ótima para fazermos trabalhos de escavação no Castro de Ul e não só, vamos ver, esse será o primeiro. As condições de cada protocolo são negociadas e se são as mais benéficas para o Município é com essas universidades que fazemos o respetivo protocolo e neste caso foi assim. Temos para este caso a Universidade Nova de Lisboa, temos de Coimbra em termos de antropologia, temos em Aveiro e também no Porto com a questão da geofísica, portanto, vamos buscar um bocadinho a cada uma para fazermos o nosso melhor. Não quer dizer que outros serviços que possamos vir a ter e espero que venhamos a ter sejam contratados também com os nossos arqueólogos oliveirenses. Usando da palavra o Vereador Dr. Manuel alberto disse: Senhor Presidente, só para terminar esta observação, de facto, isto confirma aquilo que na altura eu coloquei, se tinha havido contactos com a Universidade do Porto e havendo esta tradição e este acompanhamento, de facto, não estou a duvidar que o trabalho que possa vir a ser feito pela Universidade Nova de Lisboa não seja um trabalho com excelente qualidade, quem sou eu para estar a duvidar disso, não conheço nem um caso nem o outro, mas se tinha sido feito algum contacto com a Universidade do Porto. Não foi feito, porque tinha sido feito na georreferencia. No entanto, esta matéria, pelos vistos, é uma matéria relevante porque há trabalho feito anteriormente e acompanhado anteriormente pela Universidade do Porto. Era só isso e na altura a resposta que me deu, eu de facto, enfim, fiquei com a ideia de que havia aí eventualmente uma estratégia de estender a atuação e que foi confirmado agora pela Senhora Vereadora, mas que se calhar em termos de estratégia do Município pode não ser a melhor estratégia. Mas isso é uma questão que no futuro se poderá

avaliar. Seguidamente usou da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge para dizer o seguinte: este Plano de Urbanização é um plano importante, para uma região do concelho importante, para uma região que tem um grande potencial sobretudo de natureza turística. E por isso este Plano de Urbanização, não devia, tal como o documento que aqui nos é apresentado ter uma componente meramente ambiental e de ordenamento de território, mas também uma componente patrimonial, ou seja, um documento específico para a salvaguarda e preservação do património e também um documento para a potenciação turística, ou seja, para a articulação entre esta componente ambiental, esta componente do património e a componente da valorização destas duas componentes através da promoção turística e este documento é completamente ausente nessa matéria. O que é que isto quer dizer em termos práticos? Quer dizer o seguinte: Quer dizer que nós estamos a fazer um Plano de Urbanização, é importante fazermos um Plano de Urbanização para consolidar sobretudo as áreas centrais e sobretudo para proteger o nosso património e para criar, digamos, condições de salvaguarda. Se bem que no caso concreto do Plano de Urbanização de Ul nós vemos já um conjunto de projetos de licenciamento com grande impacto em termos de área e estou a falar dentro desta área, digamos, de atuação do Plano e curiosamente projetos de licenciamento de 2011 e 2012, ou seja, muito recentes. O que eu gostaria que este Plano de Urbanização na componente específica do património e na componente específica da promoção turística não se limitasse a falar do Parque Temático Molinológico e do Crasto de Ul. Porquê? Porque efetivamente os estudiosos desta matéria creem e acreditam que a Via Militar Romana depois de passar pelo Crasto de Ul tem ligação a Adães. Há um património também muito rico ao nível das Alminhas. Há a própria Igreja de Ul que foi, digamos, classificada com o Código Nacional de Sítio na Base de Dados Arqueológica do Estado e que aqui não tem nenhum tipo de referência nem nenhum tipo de consideração. Esperamos e o Senhor Presidente vai já tranquilizar-nos nessa matéria, esperamos que essas precauções existam e que não nos limitemos a rir e a sorrir quando estamos a falar de questões sérias sobre as quais, infelizmente, não fizemos nenhuma reflexão, não temos sequer nenhuma opinião nem sequer nenhuma preocupação. Senhor Presidente, o objetivo é basicamente o seguinte: Este é dos patrimónios mais valiosos que nós temos no concelho, seja bem-vindo este Plano de Urbanização para a freguesia de Ul, mas façamo-lo acompanhar rapidamente uma componente que salvaguarde o património que existe nas suas múltiplas vertentes e também que permita depois, como já disse, potenciar turisticamente todo este trabalho que estamos aqui a procurar fazer. O Vereador Dr. Ricardo Tavares disse: Foi devido a essa importância que queremos dar a esta região e a este espaço que iniciamos este Plano de Urbanização para acautelar algumas questões que o Senhor Vereador Eng.º Joaquim Jorge aqui referiu. Eu queria aqui dizer que nós, internamente, temos pessoal com habilitações suficientes para a elaboração dos Planos de Urbanização e todos os Planos têm sido feitos, quer o Plano Diretor Municipal como todos os Planos de Urbanização, foram feitos internamente por todos os nossos técnicos internos. Claro que seguimos todos estes trabalhos e temos este privilégio na parte patrimonial de termos aqui uma tese de mestrado que incidiu especialmente nesta região e neste espaço do

Crasto de Ul. Claro que ao longo da elaboração do Plano, porque há aqui uma série de documentos que ainda não existem, porque isto é o início, é o que lei impõe que seja aprovado para se iniciar o Plano de Urbanização e por isso é que tem que ser numa reunião pública e tem que ser exatamente aprovados os termos de referência. Este relatório de fatores críticos que no fundo é um diagnóstico da situação existente neste espaço, claro que depois existirão os outros estudos todos que foram aqui referidos como necessários. Portanto, este é o início de um procedimento que também depois será tutelado por uma série de entidades da Administração Central, entre os quais a Direção Regional de Cultura do Norte que tem andado a acompanhar todas as nossas intervenções ao nível dos Crastos existentes no Concelho. E claro que nos interessa as opiniões políticas para nós introduzirmos aqui na elaboração do Plano. Portanto, não é tanto pela falta de apoio técnico, também temos um serviço de arqueologia dentro da Câmara Municipal e temos estas entidades todas que enviam técnicos para nos acompanhar na elaboração do Plano. Queremos sim esses apontamentos de prioridades políticas para nos ajudar na elaboração deste Plano de Urbanização. Para terminar a discussão deste ponto o Senhor Presidente disse: Nós estamos a iniciar o procedimento. Portanto, eu não vou tranquilizar, ou deixar de tranquilizar, p que estou a dizer que é importante fazer isto e é o início do processo e tem que ser feito em Reunião de Câmara e agora há um conjunto significativo de trabalho que tem de ser desenvolvido e depois voltaremos a reunião de Câmara e em sede de Assembleia Municipal a aprovar. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DO NORDESTE

(I/90991/2013): *Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 51º do regulamento do PDM13; - o trabalho desenvolvimento para estabelecimento dos requisitos mínimos necessários para se iniciar formalmente a elaboração do Plano de Urbanização da Zona Industrial do Nordeste, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; - que o n.º 9 do artigo 77º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial determina que são obrigatoriamente públicas todas a reuniões da câmara municipal e da assembleia municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer categoria de instrumento de planeamento territorial. Proponho a aprovação dos termos de referência e do relatório de fatores críticos apresentados, ao abrigo das competências estatuídas no artigo 74º do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” O Senhor Presidente deu início à discussão do ponto dizendo: Nós aprovamos há pouco o plano de urbanização de Ul, ou seja, o início do procedimento de Ul e agora estamos também a iniciar o procedimento do plano de urbanização da Zona Industrial do Nordeste, indo também ao encontro da necessidade sentida no nosso concelho de termos uma rede de zonas industriais devidamente urbanizadas e prontas a receber as empresas e os empresários e, portanto, há vários que já têm planos, uns estão em execução, outros ainda não estão feitos e, portanto, há a*

necessidade de fazer este aqui também do plano de urbanização da Zona Industrial do Nordeste que abrange as freguesias de Cesar, Fajões e Carregosa. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: é basicamente o que o Senhor Presidente já disse, faltava-nos este plano de urbanização em toda a nossa estratégia de planeamento municipal. Este é o início de um procedimento que contempla já uma série de situações existentes no local e que nós de alguma forma pretendemos ordenar por forma a requalificar o espaço da melhor forma possível nesta área e lá está sempre com o mesmo procedimento a que vai estar sujeito o plano de urbanização e a todas as achegas que contamos que toda a gente nos faça chegar. Seguidamente o Senhor Presidente deu a palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, nós agora temos as reuniões gravadas e o próximo passo civilizacional é nós termos documentos a cores, porque quando se entrega um plano a preto e branco e depois nos dizem que as áreas a ocupadas são a vermelho, cada vez temos mais áreas ocupadas a vermelho e as zonas a consolidar são a laranja, é dito no documento, bom o que é um facto é que nós não conseguimos ver rigorosamente nada e, portanto, é dizer para quem se preocupa e para quem estuda estas questões e quer tomar a tal decisão política com o mínimo de fundamento torna-se muito difícil perceber o documento. Bom, objetivamente o que é que acontece? Este plano de urbanização é um dos três planos que definem os três eixos de competitividade do nosso concelho e para que nós possamos perceber a importância deste plano de urbanização nós estamos a falar duma área de uma zona industrial a consolidar de cerca 164ha, ou seja, quatro vezes a área de acolhimento empresarial de Ul/ Loureiro e por aqui nós percebemos a importância estratégica deste plano de urbanização. Agora o que eu espero é que este plano de urbanização que está a subir, digamos, na linguagem que o Senhor Presidente tanto gosta, está a subir de divisão, está a passar de uma unidade de execução para um plano de urbanização que não fique a jogar no mesmo campeonato dos anteriores. Porquê? Porque nós temos um plano de urbanização da Costa Má/ S. Roque que está caducado, esteve cinco anos à espera de maturação e está caducado, aliás em meados do próximo ano caduca se nós não fizermos rigorosamente nada. E, portanto, seria lamentável que uma zona industrial que nós definimos como sendo estratégica não viesse a ter o devido financiamento. Eu só queria chamar a atenção para o facto de que este plano de urbanização se no passado com os nossos colegas que nos antecederam já fazia sentido, hoje com a proximidade à A32 faz mais sentido ainda. E deixem-me só dizer-vos duas ou três coisas que são duas ou três notas muito importantes, que são ditas pelos técnicos neste documento, para percebermos também que isto não pode ser um documento que se limite a ficar no papel. Eles dizem que este plano de urbanização, reparem estamos aqui a aprová-lo e eles dizem que está comprometido pela insuficiência de infraestruturas públicas, a tal rede de água e saneamento na área do plano, diz, que têm que ser feitas com urgência; dizem que em termos de águas residuais existe lá uma fossa séptica em mau estado de funcionamento, aconselhando estes técnicos a que não se permita mais nenhuma ligação. Diz também, isto tece duras críticas à rede viária, dizendo que a rede viária que serve este plano é deficiente, é de má qualidade e foi

mal projetada. Isto são reflexões que ilustrem bem aquilo que deve ser uma nossa preocupação que obviamente tem que passar muito para além da qualidade técnica do plano. Portanto, mais uma vez para além da qualidade técnica e aqui nós começamos a estar num embaraço, eu não vou dizer que me desagrada o embaraço mas é um embaraço, onde nós temos os técnicos de quem fomos dizendo tanto mal ao longo dos anos, que eram completamente improdutivos e inoperantes a fornecer-nos um conjunto de matéria-prima e nós poder político, poder decisório andar a reboque de iniciativas dos técnicos e, portanto, nós temos de nos pôr ao lado dos técnicos e temos que começar a tomar posições políticas que permitam que a estes planos não aconteça o que aconteceu, por exemplo, ao da Costa Má/ S. Roque ou a muitos dos outros que têm sido feitos ao longo dos anos e que têm morrido, têm perecido por falta de decisão política. Eu queria alertar os colegas do Executivo que este plano de urbanização, não quero obviamente tirar aqui nenhum mérito à Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro ou à de Rebordões ou outra coisa qualquer, eu só estou a dizer que este plano de urbanização beneficia se calhar, se calhar não, garantidamente a zona mais industrializada do nosso concelho, tem 164 ha, mesmo com toda a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro, toda a envolvente que são mais 80ha, nós não conseguimos chegar a uma área com esta dimensão e, portanto, nós temos que perceber claramente em sede de Executivo que no nordeste do concelho esta resposta, à semelhança do que está a acontecer no sul, é absolutamente estratégica também. Portanto, este plano de urbanização deve ter também depois reflexão política, porque senão o que nós estamos aqui a fazer é a aprovar um plano com qualidade técnica, mas depois que não tem efeitos práticos rigorosamente nenhuns, o que seria lamentável. O Senhor Presidente esclareceu: eu antes de dar a palavra ao senhor Vice-presidente deixe-me só dar uma nota Senhor Vereador para ver se a gente se entende, que é assim: se nós não temos planeamento é porque não temos planeamento, se fazemos planeamento é porque fazemos planeamento. Vamos lá ver: nós estamos a iniciar um procedimento do plano de urbanização da zona industrial do Nordeste, como o Senhor Vereador disse e bem é estratégico para o Município de Oliveira de Azeméis e estamos a fazer esse trabalho. E deixe-me dizer-lhe que o Senhor tem uma visão um bocadinho distorcida daqueles que são os poderes públicos, porque o Senhor diz “os senhores fazem os planos de urbanização e depois não fazem é nada”, mas também há outras entidades que podem fazer coisas e não têm que estar sempre à espera da Câmara. Vamos lá ver: às vezes parece que a Câmara Municipal agora é que tem que fazer tudo. Portanto, eu também tenho que ter outras entidades públicas ou privadas que alavanquem, que puxem, não tem de ser só a Câmara, a Câmara também faz aqui o trabalho de planeamento e bem, mas não podemos também estar sempre a cair em cima dos mesmos relativamente a esta matéria. Urge fazer isto? Urge. É importante, é estratégico? É, estamos de acordo, agora vamos todos, quando eu digo todos não é só as forças políticas. A Senhora Arq. Filomena Farinhas é a nossa responsável técnica sobre esta matéria e tem feito um excelente trabalho, tem uma excelente equipa com pouca gente, mas que até têm feito boas omeletes com poucos ovos e naturalmente que a Senhora Arq. Filomena Farinhas não se levanta de manhã e começa a fazer isto sem ninguém

lhe mandar fazer. Alguém lhe disse o caminho é este, agora a prioridade é fazer isto e a Senhora Arq. afeta os seus técnicos, o seu planeamento do ponto de vista da metodologia do seu trabalho e envolve os seus funcionários nisto. Há orientações políticas. O Senhor diz “agora temos que andar ao lado dos técnicos”, nós já solicitamos aos técnicos, demos-lhes as diretrizes macro estratégicas no sentido de o caminho e a prioridade é esta. A Senhora Arq. tem em carteira 20 ou 30 projetos de várias coisas para fazer, mas não os pode fazer todos ao mesmo tempo Senhor Vereador. Agora se no passado isto ou no passado aquilo, eu acho que nós devemos ter um pensamento positivo para o futuro, nós estamos a fazer o trabalho de casa, está a ser feito e aí o Senhor tem que reconhecer que está a ser feito, agora precisa depois é de surtir efeitos naturalmente e cá estaremos para ver se isso resolve ou não resolve. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Ricardo Tavares que disse: para explicar um bocadinho quais são os objetivos dos planos. Os planos visam traduzir regras internas mas também externas para que as pessoas saibam como é que podem investir na área dos planos. Nós sempre fomos claros e transparentes ao longo dos últimos oito anos, onde elaboramos todos os planos de urbanização para todas as zonas industriais do nosso concelho e foi aprovado por toda a gente e favoravelmente por toda a gente, onde nós assumimos claramente que havia um plano de urbanização para uma zona industrial em que era prioritário que a mesma se desenvolvesse pela via da imposição/ expropriação e havia outros planos para outras zonas industriais (Nogueira do Cravo/ Pindelo; Costa Má/ S. Roque) e este aqui zona industrial do Nordeste em que seria pela via da cooperação. O que é que isto significa? Significa que quem quer investir na Zona Industrial de Ul/ Loureiro a partir da elaboração do plano tem que ter as regras definidas por nós ou pela via da expropriação, quem quer investir numa das outras zonas industriais poderá ter a iniciativa privada de assim o fazer e a Câmara apoiará ou colaborará com essa pessoa em particular ou com um conjunto de pessoas. Isto é importante porquê? Nós para a imposição ou expropriação temos que desenvolver procedimentos públicos de expropriação, para a cooperação vamos à procura das pessoas que estão interessadas e temos que fazer uma gestão de todo este espaço. Nós quando elaboramos a Unidade de Execução de Cesar fomos à procura de todos os proprietários daquela área, as pessoas têm que aderir como em S. Roque têm que aderir, ou então ainda é a Câmara que vai ter que expropriar, ainda vai ter que fazer tudo? Isso foi claro e transparente, a gente aprovou. O Senhor Presidente disse: ainda bem que está cá a Senhora Arq. Filomena Farinhas que pode também e lá está é a resposta técnica a um problema político, é uma resposta técnica a um problema político importante e tem havido n exemplos de pessoas que têm aproveitado e têm feito investimentos estratégicos e nós temos aí coisas aprovadas de pessoas que querem, mas vejam só que a própria conjuntura económica não tem ajudado nessa matéria e elas sabem que têm que fazer as infraestruturas, o que é que têm que fazer, está tudo aprovado. Algumas situações até são nesta zona que estamos aqui agora a elaborar o plano de urbanização e a criar regras. Senhores Vereadores, vamos lá ver se a gente se entende, nós não podemos agora em todo lado e ao mesmo tempo fazer infraestruturas, não podemos. Temos regras e os planos são fundamentais

para depois podermos concretizar, sem planos é que não conseguimos fazer nada. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que questionou: a minha pergunta é esta: o plano exige uma execução por parte da Câmara em termos de infraestruturas, sabemos que se não forem feitas em x anos o plano desaparece, portanto a minha pergunta continua a ser a mesma, ninguém questiona a importância dos planos, mas tem de ser planos com consequências. Ninguém tem dúvidas nenhuma de que Ul arranca da forma como arranca porque nós avançamos, estamos a urbanizar e estamos a criar as infraestruturas. Já percebemos que isto da cooperação já não funcionou nas duas que temos, vamos insistir na terceira, a minha pergunta é: já não está na altura de começarmos a pensar que terá ser outra a estratégia? O Senhor Presidente disse: cá estaremos para acompanhar, agora é importante também aprovar estes planos para podermos continuar a fazer este trabalho de planeamento. O Vereador Dr. Ricardo Tavares referiu ainda: não é pelo facto de não haver plano que as não coisas continuarão a ser, nós queremos mesmo para fazer essas infraestruturas que os particulares saibam que têm que aderir a esta nossa vontade e da forma como querem também alienar ou não o seu património. O Senhor Presidente disse: sobre a questão de S. Roque nós brevemente teremos novidades sobre essa matéria, para que se perceba do que estamos a falar e não se dizer que a Câmara fez o plano não fez mais nada, porque isso é simples de dizer, mas é diferente e vamos seguramente encontrar boas soluções. A Arq. Filomena Farinhas fez dois comentários: o primeiro, é que o único plano que está em risco de cair efetivamente é o de S. Roque e isto porquê? Porque ele não é só urbanizado hoje, ele não tem infraestrutura nenhuma e é essa programação, essa reclassificação de um solo que não tem lá nada e que precisava de ter para se manter como solo urbanizado, este é o único que está nesta situação. O plano de Nogueira do Cravo ou este plano da zona industrial do Nordeste não estão com este problema, porque eles já têm infraestruturas, eles já são minimamente urbanizados. Há efetivamente sempre aqui uma questão de criação de expectativa num terceiro, eu vou investir, vou adquirir uma parcela de um terreno numa área que está entro de um plano que tem uma programação e pode estar a contar que daqui a três ou quatro anos exista uma determinada infraestrutura e ela depois teve uma decalagem em termos do que é a sua execução, mas o plano propriamente dito não fica em causa. O de S. Roque estamos a encetar esforços, porque não há aqui ninguém, nem o corpo técnico nem o corpo político quer ver um plano que custou tanto a ser publicado a cair. Relativamente às unidades de execução eu tenho muita pena de que os proprietários não se tenham convencido de que os municípios não podem fazer tudo, porque é uma maneira muito expedita, muito pragmática de eles próprios ajudarem a perceber o que é que entra e o que é que podem investir, portanto seria uma versão repartida das infraestruturas. E a experiência que nós tivemos quer em Cesar/ Fajões, quer em S. Roque, é que as pessoas ainda estão à espera que alguém venha fazer. Há um sistema de criação de mais-valias a partir do momento em que o solo fica urbanizado e eu não quero participar nessa criação de urbanização. Eu sei que é um processo difícil e sei que não é só difícil em Oliveira de Azeméis e que é um processo difícil em vários concelhos do país e eu só conheço duas unidades de execução que funcionaram

muito bem e que são duas em duas quintas e, portanto, havia dois proprietários não havia doze. No uso da palavra o Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: vou ser muito rápido só para precisar aqui duas coisas que é percebermos qual é a nossa posição relativamente a isto. É evidente que é exatamente a mesma coisa fazermos por cooperação ou não fazermos por cooperação, é exatamente a mesma coisa. É evidente que os mecanismos legais que temos ao nosso dispor para conseguir potenciar as zonas industriais são diferentes, como é óbvio. Senhora Arq. vamos ser objetivos, eu não conheço, a Senhora falou em dois casos, e eu não conheço nenhum, percebo que esses dois sejam tão específicos e eventualmente existam, de projetos de cooperação que tenham funcionado. Eu gostaria de saber se algum dos Senhores investiria numa casa, num loteamento se ele não estivesse devidamente infraestruturado, ou seja, só lá estivessem os terrenos com a perspetiva futura, com a garantia futura do empreiteiro. O que eu quero dizer é o seguinte: o que é normal, o que nós queremos e o que está a acontecer é o que está a acontecer na Área de Acolhimento de UI/ Loureiro onde a Câmara apresentou uma candidatura, conseguiu um conjunto de recursos públicos, criou um conjunto e infraestruturas e só assim é que os investidores em Portugal, com a nossa cultura que nós temos de investimento é que aparecem. Esta cultura é evidente que não vai dar resultados e o que nós quisemos dizer em relação a este plano de urbanização, é evidente que nenhum de nós vai querer que o plano e urbanização de Costa Má/ S. Roque caduque, mas o que nós chamamos à atenção, o Senhor Presidente garantiu-me que em relação à Casa Sequeira Monterroso vai acontecer qualquer coisa e em relação à Costa Má/ S. Roque vai acontecer qualquer coisa, para nós não tem problema nenhum, venham sempre as boas novidades, o Senhor fala sempre nessas coisas como se fosse uma tragédia, pelo contrário. Senhor Vereador sabe porquê? Porque foi o Senhor e o Senhor Presidente de Câmara que defenderam no mandato anterior com todo o entusiasmo três milhões de euros para a requalificação da zona industrial de Oliveira de Azeméis como uma aposta estratégica. Deixe-me dizer-lhe que estes três milhões de euros investidos na zona industrial Costa Má/ S. Roque hoje já estariam lá a funcionar muitas empresas. O Senhor Presidente disse: Senhor Vereador quero-lhe dizer o seguinte: relativamente à requalificação a zona industrial de Oliveira de Azeméis ela só não avançou, o Senhor está completamente errado naquilo que está a dizer, o Senhor até disse que passava na zona industrial e que nunca via camiões parados, eu até vejo camiões em segunda fila e as pessoas querem-se cruzar e não podem. Está a ver, o Senhor disse que passava lá e que nunca via camiões parados. Sabe qual é a nota de imprensa? “Eu quero requalificar a Zona Industrial”. O Vereador Eng.º Joaquim Jorge disse: Senhor Presidente, se os caminhos estacionam no exterior das unidades fabris cabe às entidades competentes fiscalizar. O Senhor Presidente referiu: mas se eles não estacionarem na via pública se calhar eles têm é desemprego. Percebeu? Porque o camião tem de estar ali, porque tem que carregar em just timing. O Senhor é especialista em tudo mas nessa matéria o Senhor não tem razão nenhuma. O Eng.º Joaquim Jorge disse: por força de ser esse tal grande especialista que o Senhor fala, eu passo várias vezes por força da atividade na zona industrial e obviamente que o problema da zona industrial de Oliveira de Azeméis não tem a ver com o

congestionamento de trânsito de pesados, porque aquilo a que o Senhor propunha, o Senhor não se recorda mas eu vou-o lembrar, o Senhor propunha-se remover todas as árvores da zona industrial, eliminar todas as caldeiras, porque inclusive o Senhor dizia que aquilo era excelente para o jogging. Senhor Presidente, é sempre melhor ter propostas do que não ter propostas nenhuma, repare numa coisa: o Senhor defendia um comboio frequente para servir essa zona industrial. Senhor Presidente, essa zona industrial está completamente consolidada como sabe, não tem por onde crescer, felizmente para nós, mas repare ainda bem que não tem por onde crescer porque por efeito desta reorganização administrativa ela está no centro da cidade de Oliveira de Azeméis ou no centro da cidade de Oliveira de Azeméis que engole a freguesia de S. Tiago de Riba-Ul. Só para terminar mesmo, não nos esqueçamos também da forma, o Senhor já não se recorda disso mas eu recordo-me, porque começou em 1993 a discussão da Zona Industrial de Rebordões em Cucujães, seria curiosíssimo ver aqui não só as declarações na altura, o Senhor Vereador é pródigo em declarações um pouco estranhas que a história depois acaba por ironizar, mas se calhar já fez declarações depois algo estranhas sobre essa zona industrial e veja no que ela deu. A zona industrial de Rebordões neste momento contém uma única empresa, tem lá mais um ou outro pavilhão. O Senhor tem esse tipo de argumentação que é pobríssima, eu pergunto se essa zona industrial realmente estivesse consolidada como devia estar se em vez desse pavilhão não apareceriam dezenas de pavilhões com milhares de postos e trabalho e o Senhor não tem resposta para isso. O Senhor Presidente disse: vamos lá então ao plano de urbanização da Zona Industrial do Nordeste, que já demos a volta ao concelho, mas é bom, é importante, vamos então votar. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== Ausentou-se o Vereador Dr. Isidro Figueiredo. =====

===== EMPREITADAS =====

===== EMPREITADA DE “PARQUE DO CERCAL – CAMPUS PARA A INOVAÇÃO, COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORISMO QUALIFICADO” – AUTO N.º 14 TC (I/90546/2013): Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Costa & Carvalho, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 14 no valor de € 325.837,40 (trezentos e vinte e cinco mil oitocentos e trinta e sete euros e quarenta cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== EMPREITADA DE “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL-LOUREIRO” – AUTO N.º 10 TC (I/90539/2013): Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “Paviazeméis – Pavimentações de Azeméis, Lda.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 10 no valor de € 138.899,61 (cento e trinta e oito

mil oitocentos e noventa e nove euros e sessenta e um cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **EMPREITADA DE “ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE UL-LOUREIRO” – SEGUNDA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO, PLANO DE TRABALHOS E PLANO DE PAGAMENTOS (I/90955/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta o documento com a referência I/89881/2013, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, proponho a aprovação da segunda prorrogação do prazo de execução da empreitada "Área de Acolhimento Empresarial de Ul - Loureiro" - Processo n.º 006/2012/DME, a título legal, por um período de (60) sessenta dias, passando a data limite para a conclusão da obra a ser 18 de janeiro de 2014. Proponho, também, a aprovação do plano de trabalhos e respetivo plano de pagamentos apresentados pelo empreiteiro adjudicatário e ajustados à referida prorrogação.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **EMPREITADA DE “REQUALIFICAÇÃO DO NÚCLEO CENTRAL HISTÓRICO DO PARQUE DE LA-SALLETTE” – AUTO N.º 01 TC (I/90567/2013):** Relativo à empreitada em epígrafe, adjudicada à firma “SINOP – Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas António Moreira dos Santos, S.A.”, foi presente para aprovação o auto de trabalhos contratuais n.º 01 no valor de € 18.320,24 (dezoito mil trezentos e vinte euros e vinte e quatro cêntimos), ao qual acresce o IVA. Após análise do mesmo e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprová-lo, autorizando assim o seu pagamento. =====

===== **OUTROS** =====

===== **CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE DOIS LUGARES DE GUARDA-NOTURNO E FIXAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO DE UM LUGAR NA FREGUESIA DE CARREGOSA E UM LUGAR PARA A FREGUESIA DE OSSELA, RESPETIVAMENTE (I/90927/2013):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - De acordo com o DL n.º 310/02, de 18/12, alterado pelos Decretos-Leis n.º 156/2004, de 30/06, 9/2007 de 17/01, 114/2008, de 01/06, 48/2011, de 01/04, e 204/2012, de 29/08 e nos termos do Regulamento Municipal de licenciamento das Atividades Diversas (RMLAD), a criação, modificação e extinção do serviço de guarda-noturno é da competência da Câmara Municipal, ouvidos os comandantes da GNR e PSP e a Junta de Freguesia, conforme a localização da área a vigiar (art.º 3º e seguintes); - Foi solicitado pela Junta de Freguesia de Carregosa a criação de um lugar de Guarda-noturno, cuja área de atuação e vigilância, é a seguinte: - Zona de Carregosa: Toda a área de abrangência da freguesia de Carregosa; - Foi solicitado pela Junta

de Freguesia de Ossela a criação de um lugar de Guarda-noturno, cuja área de atuação e vigilância, é a seguinte: - Zona de Ossela - Rua Senhora da Graça, Rua da Industria; Rua de Sobradelo; Rua Comendador Artur José Gomes Bastos com Travessa Artur José Gomes Barbosa; Rua José Bento Pereira; Rua Grupo Cultural Recreativo Ossela; Av. Serafim Pereira Paiva; Rua de Foz e Rua de Selores. - Foram solicitados os respetivos pareceres ao comandante da GNR de Cesar e Oliveira de Azeméis, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, referentes as áreas a vigiar, os quais responderam favoravelmente sobre a criação dos respetivos lugares. - Pelo exposto submete-se a deliberação a criação de 2 lugares de Guarda-noturno, nomeadamente, 1 lugar para a atuação e vigilância na Zona de Carregosa e outro lugar para atuação e vigilância na zona de Ossela, respetivamente, nos termos e pelos critérios dos considerandos anteriores. - Propõe-se: 1. A criação de 2 lugares de guarda-noturno, nomeadamente, 1 lugar para atuação e vigilância na Zona de Carregos e outro lugar para atuação e vigilância na Zona de Ossela, respetivamente, nos termos e pelos critérios dos considerandos anteriores. 2. Ainda que, além do estipulado no Regulamento (RMLDA), a atribuição de licença e cartão, no caso de haver mais do que um candidato para cada lugar, seja dada preferência àquele que for indicado pelo interessado ou grupo de interessados que manifeste interesse na prestação do serviço de guarda-noturno, de acordo com o n.º 2, alínea f) do art.º 7º do regulamento mencionado.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPIEDADE:** =====

===== **PI/8142/2013 (I/88018/2013) – MANUEL GOMES DA SILVA – CABECA DE CASAL DA HERANÇA**, residente na Rua Augusto Pais Ferreira, n.º n481, freguesia de Fajões, deste concelho, requer nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de propriedade do seguinte prédio rústico: cultura de regadio, sito em Fonte do Gago, freguesia de Fajões, deste concelho, com a área total de 0,47000ha, a confrontar de norte com Fernando Correia e Pinho, de sul com Caminho, de nascente com Isaura Gomes da Rocha e de poente com Rio, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 453. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **Entrou o Vereador Dr. Isidro Figueiredo.** =====

===== **PI/8123/2013 – OLIPROJECTA – CONSTRUTORA, LDA. – ACEITAÇÃO DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO COMO CONCLUÍDAS (I/78787/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “À Reunião de Câmara para deliberar e

aceitar as infraestruturas/ obras de urbanização como executadas e concluídas, determinando o arquivamento do processo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **CONTRATAÇÃO PÚBLICA** =====

===== **PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – SERVICOS DE ANÁLISES DE ÁGUA DECORRENTES DE INCUMPRIMENTOS (I/90579/2013):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro, e posteriores alterações carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que tendo por base a RQI n.º 2107 (I/87570/2013), se torna necessário contratar serviços de análises de água, as quais devem ser efetuadas devido a incumprimentos detetados aquando da realização das análises constantes no PCQA 2013; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida na Deliberação n.º I/3649/2013, referente ao Pedido de Parecer Prévio favorável Genérico, dado não se verificar o cumprimento dos requisitos cumulativos na sua totalidade, designadamente no que respeita à duração do mesmo (poderá ser superior a 20 dias), pelo que necessita da respetiva autorização/parecer prévio favorável; - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; - Que a natureza e o objeto da aquisição de serviços não se revelam aplicável à verificação da existência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; não se mostrando, ainda, também exigível a verificação desta situação dado que ainda não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 2, do artigo 33-A, da Lei n.º 53/2008 e respetivas alterações; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de 14,50€ (catorze euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, encontrando-se cabimentado na rubrica 020220, pela Proposta de Cabimento n.º 1408 (I/87987/2013) e Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1831; Que por ser um procedimento com o mesmo objeto e, eventualmente, a mesma contraparte, de contrato vigente em 2012, poderá estar sujeito à aplicação de redução remuneratória, nos termos do estatuído no artigo 75º, da Lei n.º 66- B/2012 (LOE 2013), de 31 de dezembro e posteriores alterações. - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea a), do artigo 20.º, conjugado com o artigo 128º, do CCP, propõe-se a adoção de um ajuste direto em regime simplificado, por não se considerar necessário e exigível o recurso a procedimento mais complexo, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, da economia e da eficiência processual. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços

de análises de água por ajuste direto com convite à apresentação de proposta à(s) entidade(s) que reúnam os requisitos e aptidão técnica para satisfação desta necessidade, de acordo com a aprovação do órgão/entidade com competência para autorização da despesa e decisão de contratar.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

===== Pelo Senhor Presidente foi declarado aberto o período de intervenção do público, tendo usado da palavra o munícipe Eng.º António Matias que interveio da seguinte forma: Em primeiro lugar, aos 76 anos, pela primeira vez assisti a uma Tomada de Posse do Executivo e da Assembleia Municipal, o que me deu imenso prazer, ao mesmo tempo que gostei muito do discurso do Senhor Presidente da Câmara nessa reunião, onde falou dos vários projetos para Oliveira de Azeméis. Entretanto, refleti após essa reunião de que precisa de ter alguém que olhe as pequenas coisas que acontecem em Oliveira de Azeméis e tenho visto nessas reuniões onde assisto que alguns dos Senhores Vereadores também olham para essas pequeninas coisas, mas lamentavelmente num tom às vezes um bocadinho polémico, tipo ping-pong. Eu não vou nesse caminho, então queria dizer o seguinte: há vários anos que eu venho aqui com imenso prazer e tenho feito alguns comentários, confesso que talvez alguns deles um pouco agressivos, sem maldade mas agressivos, em particular sobre dois assuntos que gostaria de hoje os vir lembrar. E gostei também muito de hoje de manhã ouvir alguém falar de coragem e foi justamente isso que eu escrevi no meu papel para a reunião de hoje. Eu gostaria de pedir aos Senhores coragem para tomar duas decisões. Primeira, zona pedonal, ou é zona pedonal ou não é. Se é ponham lá uma placa que é prioridade para os peões, carro não tem prioridade em zona pedonal e se não sabem bem isso estudem a questão, mas eu acredito que sabem, acho que está faltando aqui coragem de colocar lá uma placa. Já dei o exemplo de S. João da Madeira, que tem lá uma placa e aparentemente as pessoas obedecem porque eu ando lá à vontade. Segunda questão, deem dignidade, tenham a coragem de dar dignidade ao Marco Miliário, deem dignidade a isso. Eu conversei há tempos com o arqueólogo da Câmara Municipal, fico satisfeito por esta Câmara ter um arqueólogo, mas não fiquei nada satisfeito com a explicação que ele me deu, não é explicação de arqueólogo. Senhora Vereadora do Património, quero-lhe pedir coragem, dê dignidade e se é por um problema de dinheiro eu até contribuo para dar dignidade àquele Marco Miliário, assim como já fiz há tempos atrás para a compra de um contentor para a minha rua. Muito obrigado. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor Artur Costa, que leu o sobescrito que se passa a transcrever: “Ex.mos Srs. a todos saúdo com amizade e cortesia. Como era de esperar cá nos encontramos todos e V. Exas. com a obrigação de pugnarem para que o nosso concelho e os seus habitantes se sintam mais dignificados. Curiosamente dos comentários que vi após ao resultados eleitorais, os que dizem respeito ao PS destaco e passo a citar “Começou por saudar o PSD desejando que neste novo

mandato traga o progresso e o desenvolvimento que os Oliveirenses tanto precisam e merecem. Disse ainda que os Vereadores do PS irão procurar fazer Oposição de forma séria, construtiva e com espírito de total colaboração com o executivo camarário”, citei. Se assim suceder, podem crer que todos serão dignos do nosso reconhecimento e que a nossa terra lhes ficará grata. Tudo o resto que foi dito não vale mais do que o que acima citei. Felicidade e facilidades para todos vós. Porém pelo que li ontem no Correio de Azeméis, ficou com a sensação de que vamos ter mais do mesmo, o eu me entristece. É referido que o Senhor Presidente “o é em part-time”, o que na realidade irá acontecer, já que exerce cargos de responsabilidade noutras instituições como Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Futebol e mais recentemente como Dirigente da Área Metropolitana do Porto, da qual o nosso concelho faz parte. Ora se isso acontece não deixa de ser uma honra não só pessoal mas também para a nossa terra. Certamente que a aceitação desses cargos foi motivo de ponderação do senhor Presidente, no sentido de analisar das suas capacidades para tais desempenhos de modo a poder exercer cargos com mérito, sendo certo que não estará em todos os locais ao mesmo tempo. No entanto a sua conduta tem-nos demonstrado que é capaz de conseguir estar no local certo nas horas certas como seja o caso das suas presenças nas reuniões de câmara. Não sou defensor de quem quer abraçar o mundo, mas rendo-me perante aqueles que legitimamente possam dar o seu contributo como uma mais-valia para a sociedade. Como Oliveirense estarei atento às ausências do Senhor Presidente quando a sua presença seja indispensável no nosso concelho. O Senhor Presidente a tempo inteiro não obriga a permanecer na sua terra 24 horas por dia. Se o seu desempenho for responsável e aceitável nada o impede de legalmente exercer outras funções. Que a capacidade e espírito de bem servir não lhe falte são os meus votos. Creio que o Senhor Presidente não renegue este cargo em favor de outros, a não ser que lhe seja feito um convite que não possa recusar ou que lhe traga maiores benefícios de vária ordem. Desconheço que alguém tenha renegado ao prémio do euromilhões, mas ouço dizer que se lhe saísse ficariam tristes porque 20% do seu montante iria direito para o estado. Permitam que apele para que os cargos que exercerá extramuros não sejam motivos para troca de tricas, que a ninguém ajudam e todos aqui contribuam com as suas análises e opiniões que favoreçam o concelho e os seus habitantes. Reservo para o próximo mês algumas considerações caso as entenda oportunas. Como reparos hoje menciono os seguintes: seria de todo conveniente e isto não foi combinado, a colocação dos riscos contínuos, separando as faixas de rodagem nas vias há pouco beneficiadas, caso da Estrada Nacional nº 1, nomeadamente na curva dos tanques e em carcavelos, além de outras, assim como a colocação de passadeiras e a correção também é necessária nos passeios onde as raízes das árvores provocam lombas o que constitui perigo para quem os utiliza. Foi-me referido que uma Senhora num desses locais, salvo erro na rua que vai para Cidacos, onde se encontram umas tílias, teve uma queda e partiu um braço. Outras quedas têm acontecido nos passeios da Rua Dr. Salvador Machado, delas resultando escoriações ou pisaduras. No meu entender o quadro de cantoneiros nessa parte será escasso. Estamos em plena época de podas e as tílias do Jardim Público aguardam um grande desbaste principalmente em altura. A sua copa

deverá ter a conformação de um guarda-sol que é a função que desde sempre lá foram colocadas. Os bancos necessitam de ser revistos. Ouvi há pouco Senhor Presidente, se me de licença, de ir falar na organização do Regimento. Eu vou dar uma opinião sobre isso, que tem a ver com a intervenção do público. Se V. Exa. reparar quando vem muitas pessoas de fora temos de esperar, como nós hoje, pelas doze ou treze horas, para poder intervir. Se lhes fosse permitido usar da palavra logo a seguir ao Período de Antes da Ordem do Dia seriam despachados e aqueles que quisessem continuar a ouvir e a assistir à reunião de Câmara fá-lo-iam com certeza mas dava possibilidade a quem tivesse mais urgência pudesse sair a horas mais convenientes. Como V. Exa. sabe eu aguento porque gosto de assistir, gosto de ouvir e até estas tricas quando são saudáveis dão um outro aspeto à reunião. Para todas as V. Exas. felicidades". O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Prof. Leonel Martins que fez a seguinte intervenção: este ano tive a oportunidade de vir pela primeira vez a uma reunião de Câmara, porque o horário da escola me permitiu pela primeira vez. Eu queria começar por felicitar todos os presentes por terem sido contemplados em termos eleitorais e estarmos aqui presentes. Nós vivemos num regime democrático e independentemente da percentagem eleitoral ser mais ou menos as escolhas são feitas livremente, quem está no Executivo é porque a maioria da população pretendeu e as pessoas têm de aceitar essa realidade quer gostem ou não gostem das pessoas ou da sua forma de atuação. Só duas coisas ou três e deixo as outras para a Assembleia Municipal. Tudo o que eu vou dizer gira em torno da Escola Soares de Basto. Já lá vão uns aninhos que foi construída a piscina municipal e o pavilhão municipal, mas depois aquela área envolvente nunca foi objeto de conclusão. Eu creio que na altura, estou a falar um bocado de cor não tenho documentação, aquela rua que é pedonal, em terra batida que liga onde se chama a entrada da Soares de Basto e que vem dar cá abaixo à piscina, eu creio que na altura havia um projeto que era tornar aquilo uma zona pedonal e que só teria acesso às ambulâncias em situação de eventuais acidentes. Depois dá-me a impressão que acerca de dois anos, mais ou menos, avançou um outro projeto que era fazer ali uma via de ligação que passava pela escola e ia dar à estrada que dá para Estarreja, na altura até houve conversações para a Soares de Basto ceder mais uns metros. Entretanto na zona da Escola Bento Carqueja derrubaram um muro que tinha lá e uma vedação metálica e já lá vão anos. Desde essa altura colocaram lá uma redezita que não serve para nada e com falta de qualidade. Neste momento a Escola Bento Carqueja não tem segurança nenhuma, porque qualquer pessoa entra na escola pela parte de trás com a maior das facilidades e eu tenho-me apercebido disso, entram pessoas que não têm nada a ver com a escola, entram a fumar e eu nem sei o que estão a fumar. Eu neste momento, como encarregado de educação, não sinto segurança em relação ao meu filho, qualquer pessoa pode lá entrar na escola. Por outro lado, noutra dia assisti a uma situação, expus essa mesma situação à Senhora Diretora que disse que não era da competência dela e que viesse comunicar à Câmara Municipal. Foram três miúdos que vinham a sair da Bento Carqueja, porque muitos fazem isso, iriam provavelmente para o treino da UDO, desceram e um deles caiu e se não fosse o colega dele a puxá-lo ele vinha cá abaixo. Se ele caísse e viesse cá

abaixo de quem era a responsabilidade? A Senhora Diretora diz que a responsabilidade não é dela que é da Câmara Municipal. O que eu pedia era que fosse reposto o mínimo de segurança naquela zona e evitar a saída e entrada de alunos ou pessoas estranhas na escola. Outro pormenor é aquele acesso, as aulas de educação física da Escola Soares de Basto funcionam muito no pavilhão desportivo ou na piscina. Aquele espaço de ligação está em terra batida, agora não está a chover está transitável, depois com a chuva é difícil os alunos passarem. Eu queria pedir ao Executivo se era possível colocar ali brita ou qualquer coisa que tornasse o percurso mais acessível para os alunos, para que não andassem naquela lama. Uma outra situação é a entrada da Escola Soares de Basto. Não tem lá nenhuma indicação de entrada de escola, geralmente quando há uma escola há uma placa de proximidade de escola, mas ali não tem nada. Passam ali carros e motas que não respeitam, pelo que sugeria que fosse ali colocada uma sinalização vertical e por outro lado fosse, à semelhança do que fizeram na entrada da Escola Bento Carqueja, fosse levantado um bocadinho o piso para limitar a velocidade e haver segurança à entrada dos alunos. Uma outra coisa também, quem vai para a Escola Bento Carqueja tem ali uma entrada que anteriormente dava acesso às obras do Agrupamento Soares de Basto e os senhores das obras deitaram no passeio cimento com pedras e aquilo parece que está a rebolar na rua, se fosse possível colocar ali um bocado de massa que nivelasse aquilo. Muito rapidamente, eu sei que não posso falar nos assuntos que foram abordados aqui, mas vou fazê-lo indiretamente, é uma questão que foi levantada aqui sobre a zona pedonal, é muito importante fazer a requalificação dos imóveis. Foi aqui referido um pormenor que não foi esclarecido. É possível demolir e construir novo? Isto porque a quem tem um prédio aqui na zona histórica em termos financeiros é muito mais vantajoso eventualmente demolir do que estar a reabilitar o prédio em si. Acho que deve ser protegida esta possibilidade, porque senão está-se a falar de zona histórica, de reabilitação mas depois as pessoas optam pela demolição e construir de raiz, é muito mais barato e até pode construir em altura. Tem de se salvaguardar esta situação, senão lá se vai a zona histórica. Relativamente à zona pedonal o Senhor Matias falou na questão dos automóveis, eu já tinha falado no passado, ali na zona do museu regional para baixo realmente têm que ter a coragem, é um assunto que já ando a falar há anos, do museu regional para baixo ou é zona pedonal ou então transformam-na numa zona onde passam automóveis porque ali passam diariamente dezenas de automóveis e agora é nos dois sentidos. O problema é fácil de resolver, no início quando fizeram a zona pedonal não passava lá nenhum carro porque tinham colocado dois vasos junto à CLIAZ e os carros não podiam passar. Não se pode agradar a toda a gente, ou é zona pedonal e tomam-se medidas para evitar passagem de carros ou transforma-se numa zona de passagem de automóveis e avisam-se os peões que não podem ir no meio da rua. Para finalizar, uma questão que tem a ver com a zona de UI que falaram em reabilitar. Acho que se deve recuperar tudo e apostar-se no património, mas é preciso haver sempre um retorno do investimento, e isso passa precisamente por onde? Pela vertente do turismo, acho que Azeméis devia criar um percurso, tanto mais que está integrada na Área Metropolitana do Porto, que permitisse às pessoas virem cá a Azeméis durante um ou

dois dias e ficarem cá em Azeméis para aumentar a restauração e a hotelaria, porque só uma oferta de ir a Ul, estão lá uma hora e vão-se embora. Temos mais potencialidades cá em Azeméis e se fosse possível coordenar e fazer uns roteiros, as pessoas vinham cá e ficavam mais tempo e todos beneficiávamos com isso. Muito bom dia. A Câmara registou. =====

*===== **Aprovação por minuta:** Finalmente, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 92º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redação dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro. =====*

===== A presente ata foi distribuída por todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº4 do D.L. 45.362 de 21 de Novembro de 1963. =====

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram 13h e 15m, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu,
, na qualidade de secretária a redigi. =====*